AGRO ANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 33 | Nº 08 | AGOSTO 2013 | R$ 15,00









SOJA:
Lucro será menor, mas está garantido em 2013/14

COOPERAÇÃO NA ÁFRICA:
Conheça a verdade sobre o ProSAVANA

V FÓRUM ABISOLO:
Modernidade, Gestão e Tecnologia em Nutrição Vegetal

O agronegócio é o seguinte

De olho na taxa de inflação

ESTE ÚLTIMO mês mostrou uma certa calmaria dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que o Legislativo e o Executivo acordaram para a insatisfação popular.

No tocante ao cenário econômico, a inflação permaneceu elevada ao longo do primeiro semestre do ano. No entanto, com a atividade econômica em queda, talvez a última elevação da Selic, para 8,5%, não tivesse sido necessária do ponto estritamente dos fundamentos. O BACEN elevou a Selic, a nosso ver, muito mais para mostrar à sociedade que o Governo não vai brincar com a inflação. Neste momento, é preciso readquirir a confiança dos agentes econômicos. E o Governo tenta fazer isso.

O aumento da desconfiança em relação à economia brasileira tem reflexo direto no aumento da percepção do risco brasileiro, com impacto na cotação do dólar norte-americano. Ao longo do ano, o dólar deverá permanecer entre R$ 2,20 e R$ 2,50. Vale notar que a valorização da moeda norte-americana foi contida pelo BACEN, sem a necessidade de queimar as reservas, o que é muito positivo.

Com a redução do ritmo de crescimento das economias emergentes, os preços internacionais de diversas *commodities* agrícolas têm caído desde 2011, ano em que atingiram seu pico histórico. É importante frisar que esses valores não representam o maior nível de preços em termos reais. Apesar de representarem o maior patamar dos últimos vinte anos, eles ainda são significativamente inferiores aos preços reais observados no final dos anos 70. Embora possa haver períodos de alta nas cotações, estes representam apenas ciclos temporários. No longo prazo, a tendência dos preços das *commodities* agrícolas é de queda.

A análise do resultado econômico da soja mostra que a cultura deverá apresentar bons resultados para o agricultor em 2013/14, porém a rentabilidade será menor em relação às duas últimas temporadas. As razões são o aumento dos custos de produção e a redução do preço. A área plantada de soja deverá crescer, levando a uma produção recorde.

No setor sucroalcooleiro, o açúcar e etanol brasileiro são frequentemente lembrados pela contribuição à balança comercial, dada a sua expressiva participação no comércio internacional. O País representa praticamente 50% das exportações mundiais de açúcar e quase 60% das exportações de etanol. Além dos volumes exportados destes produtos, a avaliação do impacto do setor na balança comercial deve levar em conta também o volume e o valor da gasolina importada substituída pelo etanol – o Brasil importa gasolina para suprir o seu consumo doméstico, com dispêndio significativo de divisas. Em 2012, o consumo de etanol, em gasolina equivalente, foi de 14,83 bilhões de litros, o que representou uma participação do etanol no consumo de combustíveis do ciclo Otto de 31,8%. No primeiro semestre de 2013, o percentual foi de 32,5%.

O governo federal dá ares de que acordou para alguns problemas da agricultura brasileira. Entre as diversas medidas anunciadas no Plano Agrícola e Pecuário, o destaque é a mudança de rumo no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). A promessa é de liberar R$ 700 milhões, na safra 2013/14, para cobrir uma área de 11 milhões de hectares com seguro agrícola. Para atingir esta meta, o Congresso Nacional terá de aprovar no orçamento, ainda em 2013, recursos adicionais ao PSR de R$ 230 milhões.

O ProSAVANA, um dos maiores projetos de cooperação, que busca alavancar o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala, em Moçambique, tem sofrido críticas de diferentes organizações. No entanto, muitas das afirmações feitas em torno do ProSAVANA não são reais. ***Agroanalysis*** traz artigo que esclarece os mitos por trás do projeto, como o da usurpação de terra de pequenos produtores e o da restrição das atividades a grandes investimentos.

O Prêmio Andef de 2013 teve uma disputa acirrada. A palavra desse evento foi "inovar": não só por parte dos participantes, mas da própria entidade, que ousou e recrutou os jovens para participarem da construção do futuro do agronegócio. A criatividade, consistência e inovação dos trabalhos também foram destaque nesta edição – foram eleitos dezenove projetos de norte a sul do Brasil. O objetivo do Prêmio é motivar os formadores do setor a criarem cada vez mais ações estratégicas para o desenvolvimento do agro no Brasil.

O caderno especial da Abisolo, que comemora seu 10º aniversário neste ano, trata das suas duas grandes realizações previstas para este mês: o V Fórum, com o tema "Modernidade, Gestão e Tecnologia em Nutrição Vegetal", e a 1ª edição da Fertishow (feira da indústria de nutrição vegetal). ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.
Conselho editorial: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro
Redação
Redator: Paulo Roque
Capa: Aila Martins Ferreira
Arte: Alexandre Monteiro
Revisão: Alexandre Sobreiro
Fotos: Shutterstock, iStockphoto e Stock.xchng
Secretaria e administração: Viviane de Carvalho
Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Contato Comercial: Viviane de Carvalho - Tel.: (11) 3799-4104, e-mail: viviane.carvalho@fgv.br
Circulação/assinaturas: Evandro Jacóia Faulin e Viviane de Carvalho
Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 1.294, 15º andar, Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
www.fgv.br/agroanalysis

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior
Suplentes: Aldo Floris, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roberto Castello Branco (VALE S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victório Carlos De Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas
6 Breno Mesquita

9 Macroeconomia
10 Agrodrops
12 Frases e comentários

Mercado & Negócios
13 Preço das *commodities*
15 Soja em 2013/14
16 Japão
18 Açúcar e etanol
21 Colaboração na África

Política Agrícola
23 Semiárido nordestino
24 Seguro rural

Gestão
25 *Trading*

Especial Abisolo
27 Abisolo – Dez anos de conquistas e evolução

Especial Andef
37 Um prêmio para o nosso País!

Especial Sistema OCB
42 Cooperativas são modelos econômicos de sucesso

44 Diário de bordo
45 Produzir
46 Opinião

47 Serviço ao agronegócio

Mercado & Negócios



18 Açúcar e etanol

Gestão



25 *Trading*

Especial Abisolo



27 Abisolo – Dez anos de conquistas e evolução

Breno Mesquita
Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e diretor da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG)

Crise na cafeicultura é especulativa

Por Paulo Roque

NA OPINIÃO de Breno Mesquita, a crise pela qual passa o setor cafeeiro não tem nada de conjuntural. "É mais especulativa", diz ele nesta entrevista exclusiva à ***Agroanalysis***, ao salientar que os analistas de mercado enganaram-se, pois achavam que os preços competitivos e remuneradores pagos em 2010 iriam se repetir. "Em 2012, foi um desastre e, em 2013, será pior ainda". Até a segunda semana do mês de julho, com 30% da safra de café colhida, ele denuncia, os recursos do Funcafé, da ordem de mais de R$ 3,1 bilhões, com a divisão já aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, ainda não haviam chegado às instituições financeiras e, consequentemente, às mãos do produtor.

Agroanalysis **A crise na cafeicultura possui fatores especulativos ou conjunturais?**

Breno Mesquita Hoje, esta crise é muito mais especulativa. No ano passado, o Brasil colheu uma safra de 50 milhões de sacas. Historicamente, o Brasil sempre colheu uma safra boa e uma safra não tão boa – é a questão da bianualidade. A partir de agosto de 2010, o setor começou a receber preços remuneradores pelo saco de café. Tanto é que, em 2011, o saco chegou a R$ 530,00. O produtor investiu mais, melhorou seu pacote tecnológico; ele preparou melhor a sua lavoura. Por conta disso, em 2012, tivemos uma safra muito boa e, neste ano, houve uma safra de ciclo baixo, porém alto para o que é considerado ciclo baixo: uma safra de 48 milhões de sacas; parece que houve uma revisão para 47 milhões, mas entre 46 e 48 milhões, contra 50 milhões de sacas do ano passado, ou seja, muito próxima. E o mercado, com duas safras altas e uma baixa, especula porque sabe que ainda não existe política pública no Brasil, sabe que esse café, sendo colhido, vai chegar ao mercado e, principalmente agora, em época de safra, haverá oferta. Por isso, é necessária uma atitude mais firme do governo brasileiro. Na minha visão, esses preços... essa situação é mais especulativa do que conjuntural. Afinal, o consumo de café no mundo e a produção de café no mundo estão muito próximos.

Agroanalysis **O setor vinha de uma fase saudável do ponto de vista econômico...**

BM Devido à conjuntura mundial, a cafeicultura enfrentou, em 2002, uma das suas piores fases. Mas, hoje, é pior. Em 2002, foi uma fase muito ruim, e chegamos a vender



DIVULGAÇÃO

"O que estamos cobrando do Governo é, justamente, a celeridade, a rapidez na tomada de decisão."

> “Essa crise não é só nossa, mas de todo o Brasil, e o Governo tem que resolvê-la.”

café a US$ 37. Só que o dólar, naquela época, era “um outro dólar”, e houve apoio do Governo, por meio do programa de opções, com o reescalonamento do endividamento dos cafeicultores. De 2002 até 2010, mesmo com preços baixos, o produtor ainda conviveu com “uma certa gordura”. Nós repetimos a safra de 2002, que foi de 48 milhões de sacas, no ano passado. Vínhamos alternando safras baixas e safras altas, mas não tão altas, até chegarmos a 2010, quando, por estarmos colhendo nestes anos todos uma safra mais baixa, faltou estoque. Houve, realmente, um aumento de preço, justamente por conta da escassez do produto no mercado mundial, e o café chegou àqueles patamares de R$ 500 a R$ 530. Na verdade, em 2010, quando o café aumentou, a partir de agosto, o produtor já não tinha tanto café em mãos. Em 2011, com o café na faixa de R$ 400 a R$450 a saca na colheita, o produtor realmente teve um ganho. E isso não se repetiu. Os analistas de mercado achavam que este período de preços competitivos, de preços remuneradores, duraria mais. E, então, 2012 foi um desastre e 2013, pior ainda.

Agroanlysis A rentabilidade está negativa, mas as exportações devem crescer?

BM O Brasil está produzindo, neste ano, 48 milhões de sacas e consome internamente 20 milhões de sacas. Hoje, o estoque, na mão de Governo, do Funcafé, está em torno de 17 mil sacas; do Tesouro Nacional, temos 1,5 milhão de sacas do último programa de opções. O Brasil consome 20 milhões de sacas; vão sobrar 27 milhões. E é aí que começa a nossa grande preocupação. O café tem que ser exportado, mas por um preço que deixe uma margem para o produtor. Quanto ao café consumido internamente, existe a preocupação do Governo de que qualquer coisa que se faça gere inflação. Só que, hoje, os preços praticados nas gôndolas dos supermercados ainda são em cima do café que foi comprado na época, a mais de R$ 450, ou seja, qualquer aumento que houver não vai chegar ao consumidor final, porque esse preço já está majorado.

Agroanlysis A colheita avança e o contexto fica negativo?

BM Com certeza. Hoje, estamos mais ou menos com 30% do nosso café colhido. Até agora, no momento em que está sendo realizada esta entrevista (12/07), os recursos do Funcafé, que são da ordem de mais de R$ 3,1 bilhões, para serem investidos na atividade cafeeira, destinados à colheita, ao programa de estocagem, seja na produção, na indústria ou no solúvel, ainda não chegaram às mãos do produtor. Ainda não chegaram, com 30% da safra colhida!

O que estamos cobrando do Governo é, justamente, a celeridade, a rapidez na tomada de decisão. A divisão desses recursos foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional e ainda não chegou. A promessa é de que chegariam aos agentes financeiros na semana de 14 a 19 de julho. Historicamente, na colheita, com oferta maior de café, os preços tendem a abaixar; isso é normal, é uma lei que você não consegue mudar, mas estes recursos viriam, justamente, para o cafeicultor monetizar-se e vender o café na medida de sua necessidade, deixando para comercializar uma quantidade maior no momento em que preço estiver mais competitivo. E nós já perdemos 30% da safra.

O mercado é isso aí; é a preocupação com o momento. Se tivermos a ajuda necessária do Governo para traspor esse momento, continuaremos a gerar riqueza, gerar trabalho e, principalmente, uma coisa que poucas pessoas percebem... Hoje, nós temos, no Brasil, 1900 municípios onde a cafeicultura é praticada. A cafeicultura indo bem, esses municípios vão bem, tudo funciona; quando o café está ruim, estes municípios definham. Essa crise não é só nossa, mas de todo o Brasil, e o Governo tem que resolvê-la. Existem municípios que têm no café 80% a 90% de sua arrecadação.

Agroanalysis E como mitigar essa difícil situação?

BM Hoje, o mercado é altamente especulativo. Qual é a visão do mercado? É a seguinte: o Brasil colhe e vai comercializar 47 milhões de sacas; então, ele vai esperar e comprar menos, porque, na hora em que o Brasil colocar o produto de forma mais abrangente, mais forte, o mercado compra com preços mais vantajosos. Como neutralizar essa equação nefasta? É o Governo fazer o que sempre fez; existe mecanismo para isso. O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de café, o segundo país consumidor de café do mundo e precisa mostrar que tem política para o setor. E esta política tem que ser colocada no momento necessário, adequado. E o momento está passando. Temos cobrado, mas o Governo tem que, rapidamente, entrar com políticas de estocagem e, principalmente, com a política de renda, via contrato de opção, via outros instrumentos que possam dar ao produtor a possibilidade de ver o café subir a patamares razoáveis e de comercializar, deixando um ganho para que consiga continuar sua atividade.

Agroanalysis Outros países produtores também estão sendo afetados com a baixa de quase 25% nos preços internacionais?

BM Sem dúvida nenhuma. Hoje, posso dizer, com certeza absoluta, que o Brasil, em termos de produtividade, em termos de gestão, é o país mais adiantado. Além disso, os países da América

Central estão enfrentando um problema de fungo, uma ferrugem que se chama *roya*, que fez com que a sua produção caísse acentuadamente. Temos notícias de que o Vietnã, que é muito competitivo – porque não tem o custo que o Brasil pratica, seja trabalhista ou outros custos –, está estocando café justamente com o objetivo de motivar um aumento de preço no mercado, coisa que ele nunca fez. Nos países africanos, a mesma coisa. Essa crise é mundial. Como o Brasil é o maior produtor, sofre muito mais do que esses países. Dentro da política agrícola brasileira, existem instrumentos que podem reverter a situação. E são estes instrumentos que nós estamos pedindo ao Governo para que sejam colocados em prática.

Agroanalysis E exportar com certificação faz parte da solução.

BM O café especial sempre vai ter lugar e será sempre vendido com valor agregado. Temos que melhorar. E é tão verdade isso que, anos atrás, o Brasil era conhecido como grande produtor de café, mas nunca como produtor de café de qualidade. A Colômbia teve problema de produção; produzia de 11 a 12 milhões de sacas por ano e caiu para cerca de 6 a 7 milhões de sacas, teve uma queda grande durante os últimos anos e vem tentando se recuperar. E, de repente, o mundo viu-se na obrigação de ir buscar outros cafés com a qualidade da Colômbia para colocar nos seus *blends* e percebeu que o Brasil tem cafés maravilhosos. O Brasil tem, em suas várias regiões produtoras – seja Minas Gerais, Paraná, Bahia, Espírito Santo ou São Paulo –, café de altíssima qualidade. Cada uma destas regiões com suas respectivas peculiaridades, mas todas, sem exceção, produtoras de cafés de excelente qualidade. E posso dizer, sem medo de errar: igual ou melhor do que os cafés colombianos.

O Brasil aumentou muito a sua participação no mercado internacional como vendedor de cafés de alta qualidade, de cafés certificados, de cafés especiais, de cafés *gourmet*. Isso é uma tônica: hoje, a cafeicultura brasileira está buscando excelência em qualidade. O que precisamos é receber, todos, por essa qualidade.

Agroanalysis E onde está a grande falha em tudo isso?

BM O grande problema, o qual estamos discutindo desde o ano passado, é que, como em 2013 a safra seria de ciclo baixo, era preciso antecipadamente usarmos os mecanismos de política agrícola que o Governo dispõe para que o preço não caísse tanto como vem caindo. Infelizmente, a resposta do Governo, seja ela qual for, é muito lenta. Desde setembro de 2012, quando tivemos a primeira reunião com membros do Ministério da Agricultura, alertamos para o fato de que a colheita de 2013, apesar do ciclo baixo, teria um volume alto e que precisaríamos, antecipadamente, abrir um leque de opções em termos de mecanismos para garantir uma renda mínima para o cafeicultor brasileiro. E isso aí vem se arrastando, e, até o exato momento, estes mecanismos ainda não foram colocados em prática.

Agroanalysis Como está a programação dos cinquenta anos da Organização Internacional do Café (OIC)?

BM Este trabalho está sendo feito pelo governo de Minas Gerais, em parceria com o governo federal e várias entidades, como a FAEMG e a Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG). Vamos fazer, em Belo Horizonte, uma grande festa, um ambiente propício para nos alinharmos. Além de criarmos uma fantástica oportunidade para os compradores internacionais conhecerem a cafeicultura brasileira, eles também poderão conhecer de perto a qualidade que é produzida aqui e que poucos ainda conhecem. Uma oportunidade ímpar de apresentarmos ao mundo os cafés produzidos no Brasil nas suas diferentes regiões. Isso é muito importante, porque, com certeza, vamos abrir um leque de opções em nível mundial, em que o café brasileiro será reconhecido e atestado, com certeza, pela sua qualidade praticamente insuperável. ■



DIVULGAÇÃO

> “... de repente, o mundo viu-se na obrigação de ir buscar outros cafés com a qualidade da Colômbia para colocar nos seus *blends* e percebeu que o Brasil tem cafés maravilhosos.”

Macroeconomia

Dúvidas sobre a economia brasileira

Rogério Mori*

AS DESCONFIANÇAS em torno da economia brasileira cresceram ao longo das últimas semanas entre os economistas e investidores internacionais. O reflexo direto disso tem sido o crescente aumento da percepção do risco brasileiro, o que tem impactado diretamente na cotação do dólar norte-americano. Não parece haver sinais de tendência de reversão da trajetória de alta do dólar no curto e no médio prazo.

De fato, existem razões concretas para essa mudança de humor em torno da economia brasileira, e motivos o Governo tem dado de sobra. No que se refere ao cenário econômico, a inflação permaneceu elevada ao longo de todo primeiro semestre do ano, e as projeções para 2013 sinalizam um patamar inflacionário próximo ao limite superior da meta para inflação.

Nesse sentido, a política monetária tardou a reagir ante a aposta exagerada do Governo, em que a alta da inflação era transitória. A reação do Banco Central começou apenas recentemente e se mostrou atrasada no sentido de conter o processo inflacionário em curso. Esse fenômeno teve custos de credibilidade não desprezíveis para a autoridade monetária e de vários pontos de popularidade para o Governo. Sob essa perspectiva, o Banco Central tem lutado para recuperar a credibilidade perdida, mas isso levará tempo, e o estrago para este ano já está feito.

Ao mesmo tempo, a economia brasileira segue registrando um desempenho débil em termos de atividade econômica. Depois da decepção com o crescimento econômico verificado em 2012, de menos de 1% em relação ao ano anterior, as perspectivas não são nada favoráveis para este ano. Mesmo antes do início do processo de aperto da política monetária, a economia brasileira já exibia um ritmo de atividade econômica fraco. Os sinais das vendas no comércio nos últimos meses não inspiram sinais de uma retomada em curso, e as perspectivas de um crescimento econômico da ordem de 2,5% neste ano devem ser revistas para baixo em breve. Com o aperto da política monetária, as perspectivas são de que o cenário de crescimento deve piorar ainda mais.

No que se refere às contas externas, por sua vez, o resultado do primeiro semestre do ano foi desastroso. O déficit em transações correntes foi de US$ 43,5 bilhões, chegando a um resultado negativo acumulado em doze meses encerrados em junho da ordem de 3,2% do PIB. Este é o pior resultado verificado em anos e apenas amplifica a dependência do País em relação aos fluxos de capitais internacionais.

Do lado fiscal, as notícias também não são nem um pouco animadoras. O Governo dá sinais de preocupação em relação a ele, principalmente após as manifestações populares ocorridas a partir de junho deste ano. Em função disso, o Governo começou a se mexer em torno de sinalizar algum esforço fiscal ainda para este ano. No entanto, o anunciado pacote recente carece de credibilidade, e poucos acreditam em um maior esforço de contenção de gastos públicos ante as necessidades existentes para a realização da Copa do Mundo de 2014 e considerando-se que o ano que vem é um ano eleitoral.

Em função desse quadro, a política econômica brasileira soa um tanto quanto inadequada aos olhos dos investidores e economistas: por um lado, a política monetária, que demorou para esboçar alguma reação, caminha numa direção contracionista; por outro lado, a política fiscal segue expansionista.

Em meio a esse conjunto de más notícias em torno da economia brasileira e da falta de um eixo claro para ela, os investimentos produtivos decaem ante o desânimo que começa a permear cada vez mais o empresariado nacional. A ausência de sinais mais concretos de um direcionamento claro em termos de estratégia a ser adotada pelo Governo daqui para frente apenas reforça esse quadro desanimador que começa a se cristalizar no ambiente econômico nacional. Em função disso, os investimentos produtivos, como a proporção do PIB, seguem em retração contínua.

A síntese desses elementos sugere que as perspectivas para a economia brasileira, neste momento, não são as mais favoráveis e que o Governo enfrentará enormes desafios nos próximos meses para tentar reverter esse quadro. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail psroque@uol.com.br

MAIS UM RECORDE DE SAFRA


SXC.HU

Como já se esperava, o Brasil baterá um novo recorde na produção de grãos. O décimo levantamento da safra de 2012/13, realizado pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), indica 185,05 milhões de toneladas. O destaque vai para o milho 2ª safra, que teve um crescimento de 13,1% e produção estimada em 44,24 milhões de toneladas e, é claro, também para a soja, com incremento de 22,7%, passando de 66,38 para 81,45 milhões de toneladas. São 53,22 milhões de hectares de área total plantada: a soja com 27,72 milhões de hectares, 10,7% maior do que no ano anterior, e o milho 2ª safra com 8,95 milhões de hectares, crescimento de 17,5%.

CERTIFICAÇÃO PARA AVIAÇÃO AGRÍCOLA

Já está à disposição dos interessados o programa de certificação para empresas de aviação agrícola e de operadores aeroagrícolas privados, desenvolvido por pesquisadores da Faculdade de Ciências Agronômicas (FCA) da UNESP, Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Contando com o apoio do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG) e da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), o objetivo do programa é incentivar a capacitação e a qualificação dos responsáveis pela aplicação aérea de defensivos.

PAÍS PODE CUMPRIR METAS DO PROGRAMA ABC

A Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento divulgou que, entre julho de 2012 e maio deste ano, os financiamentos pelo Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) alcançaram R$ 2,73 bilhões, crescimento de 142,7% em relação ao mesmo período da safra anterior. Segundo o secretário Caio Rocha, com o crescimento do número de contratos, será possível cumprir até 2020 o compromisso, assumido pelo Governo na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP-15), de reduzir as emissões de gases do efeito estufa entre 36,1% e 38,9%. Os recursos utilizados desde 2010, de acordo com o MAPA, somam R$ 4,6 bilhões.

ABAG DISCUTIRÁ CAOS LOGÍSTICO

Com o anúncio de novo recorde de safra, também são esperados os conhecidos problemas de armazenagem e escoamento da produção, o chamado caos logístico. Antecipando-se à discussão sobre o que é considerado o grande gargalo do agro nacional, a ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) promove, no dia 5 de agosto, em São Paulo, o 12º Congresso Brasileiro do Agronegócio sobre o tema "Logística e Infraestrutura – O Caminho da Competitividade do Agronegócio", quando serão debatidos os problemas e saídas para a falta de infraestrutura.

LOGÍSTICA, NADA DE NOVO


SXC.HU

"Entre 1996 e 2002, apenas por conta das perdas ocorridas entre o plantio e a pré-colheita, nas culturas de arroz, feijão, milho, soja e trigo, o País deixou de colher cerca de 28 milhões de toneladas de grãos, tendo a maior perda ocorrido no ano 2000, quando se deixou de colher 6,6 milhões de toneladas. Neste ano, o milho foi a cultura mais prejudicada, com perdas da ordem de 4,1 milhões de toneladas".

"Grande parte da soja produzida no País é destinada ao mercado externo. Em 2003, o Brasil produziu 51,5 milhões de toneladas (recorde no período) e exportou quase 20 milhões de toneladas, tendo sofrido um volume de perdas da ordem de 3,5 milhões de toneladas, apenas na fase de pós-colheita. Atualmente, o grande problema é de estocagem, com a armazenagem chegando ao limite de sua capacidade física, uma vez que a produção de grãos no Brasil vem batendo recordes sucessivos".

Trechos da matéria *Perdas de grãos, no Brasil, chegam a cerca de 10% da colheita*, publicada no site do IBGE, na seção Sala de Imprensa, destinada à consulta de jornalistas, no dia 15 de março de 2005.

BNDES CRIA PROGRAMA PARA ARMAZENAGEM

Para diminuir o déficit de armazéns existente no País, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criou um programa de R$ 1 bilhão para financiar a construção e ampliação de silos e estruturas de armazenagem para os produtores.

TRIGO NO CERRADO



SXC.HU

Segundo a Embrapa Cerrados, a produção de trigo no Brasil Central (MG, GO, MS, oeste da BA e DF) terá um aumento em torno de 10% na safra deste ano, graças ao aumento de áreas cultivadas com o grão. Em todo o País, a área de plantio de trigo, neste ano, alcançou 2 milhões de hectares, e a estimativa de produção é de mais de 5 milhões de toneladas de trigo. Na avaliação da empresa de pesquisa, com o aumento da produção, a triticultura no Brasil Central recupera a redução verificada nas últimas duas safras e reflete o aquecimento do setor em todo o País.

TRIGO NO SUL

Na edição do último mês de junho da ***Agroanalysis***, um dos maiores cientistas brasileiros, Romeu Kiihl, chamou a atenção para importância do trigo no Sul do Brasil. Alertou sobre a necessidade de viabilizar a cultura na região em no mínimo 3 milhões de hectares.

TRIGO RESISTENTE À SECA

A Universidad Nacional del Litoral informa que, por meio da inserção de um gene de girassol no grão, pesquisadores argentinos desenvolveram uma variedade geneticamente modificada de trigo resistente à seca e tolerante a solos salinos. O gene, conhecido como HAHB4, confere à planta resistência à escassez de água e pode ajudar a aumentar a produção do grão. De acordo com o Serviço Internacional para Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (ISAAA), a Argentina ocupa a terceira posição entre os países que mais adotam transgênicos no mundo, com 23,9 milhões de hectares plantados, atrás apenas do líder Estados Unidos (69,5 milhões de hectares) e do Brasil (36,6 milhões de hectares).

DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Em reunião no Palácio do Planalto com lideranças de dezenove tribos, no último dia 10 de julho, a presidenta Dilma Rousseff anunciou que o Governo decidiu manter a decisão de alterar o processo de demarcação de terras indígenas encaminhadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Os índios deixaram claro que são contrários às alterações, mas tudo indica que o Governo não deve voltar atrás.

Caso sejam mantidas as médias de demarcação de terras indígenas e de unidades de conservação ambiental dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, segundo a senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o Brasil corre o risco de diminuir em 48,8 milhões de hectares o tamanho das áreas de produção agrícola até 2018. Considerando o preço de R$ 4,19 mil por hectare, de acordo com a senadora, isso representaria, no período, uma perda de R$ 204,6 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB).

BRASIL TERÁ BANCO GENÉTICO DE CANA

O Brasil sediará um novo banco genético de cana, com variedades de todo o mundo. O anúncio foi feito durante o Congresso da ISSCT 2013, realizado em São Paulo, pelo coordenador do Centro de Cana do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), Marcos Landell, e pelo coordenador da seção de Melhoramento Genético e Germoplasma da ISSCT (International Society of Sugar Cane Technologists), Raúl Castillo. Será criado um consórcio entre entidades e empresas brasileiras de pesquisa, lideradas pelo IAC, que responderá pela implantação e manutenção do novo banco, chamado de Germoplasma. A Índia e os Estados Unidos sediam os outros dois bancos genéticos existentes no mundo e limitam o acesso à informação aos pesquisadores, especialmente da América Latina. A previsão é que, até em três anos, o novo banco genético entre em funcionamento no Centro de Cana IAC-APTA – Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio Cana, do IAC, sediado em Ribeirão Preto.



VALTER CAMPANATO/ABR

... que o assunto não fique centralizado no Poder Executivo e que, nesse debate, o Congresso Nacional também seja ouvido. Só assim entraremos no campo técnico e sairemos do campo ideológico."

SENADORA KÁTIA ABREU, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), sobre a questão da demarcação de terras indígenas

"Sem a agricultura, para sustentar o nosso desenvolvimento e para democratizar ou capitalizar a nossa sociedade, jamais seríamos um país próspero."

ANTONIO ANASTASIA, governador de Minas Gerais, ao discursar na abertura oficial da 9ª edição da Superagro Minas 2013

"O grande desafio para o futuro do cooperativismo será continuar investindo na capacitação de suas lideranças, visando acelerar a incorporação de práticas sustentáveis de gestão antes, dentro e fora da porteira, beneficiando toda a cadeia produtiva onde se atua."

ROBERTO ARAÚJO, diretor presidente da Fundação Espaço ECO

"A principal alavanca para a recuperação do desempenho das exportações poderá ser o mercado japonês, no qual depositamos boas expectativas a curto, médio e longo prazo."

EDUARDO SALDANHA VARGAS, presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPECS)

"Estes números apontam que estamos no caminho certo para fechar o ano com um faturamento superior a US$ 6 bilhões na exportação de carne bovina."

ANTÔNIO JORGE CAMARDELLI, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), referindo-se às exportações de carne bovina no primeiro semestre deste ano, que ultrapassaram a marca de US$ 3 bilhões em faturamento

"A falta de infraestrutura adequada é o principal calcanhar de Aquiles do agronegócio brasileiro. Precisamos encontrar políticas que nos possibilitem virar esse jogo, para termos melhores condições de competir com produtores dos Estados Unidos, Argentina e dos outros países com os quais disputamos o comércio internacional de *commodities* agrícolas."

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO, presidente da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio)

"De junho do ano passado a maio deste ano, o Brasil exportou US$ 99,5 bilhões em produtos agropecuários. Não podemos ter, de forma nenhuma, vergonha de ser um grande exportador na área rural. Devemos valorizar isso. Os Estados Unidos são uma grande potência e o maior exportador do setor no mundo. Nós brasileiros queremos tomar este lugar."

ANTÔNIO ANDRADE, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, durante a abertura oficial da 10ª Megaleite, em Uberaba-MG

Preço das *commodities*

Eram picos históricos?

Felippe Serigati*

DEVIDO À redução do ritmo de crescimento das economias emergentes, os preços internacionais de diversas *commodities* agrícolas têm caído desde 2011, ano em que atingiram seu pico histórico. Esta afirmação, embora amplamente difundida entre os agentes do universo agro, reproduz dois equívocos que precisam ser corrigidos:

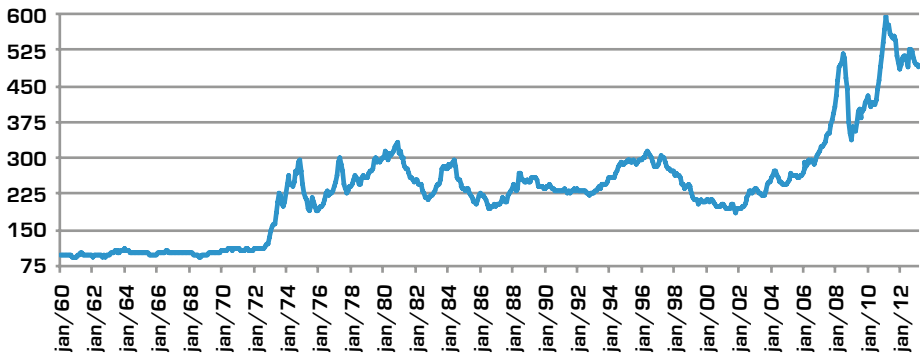
• a redução no ritmo de crescimento das economias emergentes é apenas um dos fatores que explicam a queda do preço internacional das *commodities*;

• o nível dos preços registrado no primeiro semestre de 2011 não representou um pico histórico, pelo menos não em termos reais.

Queda no preço das *commodities*: muito além das economias emergentes

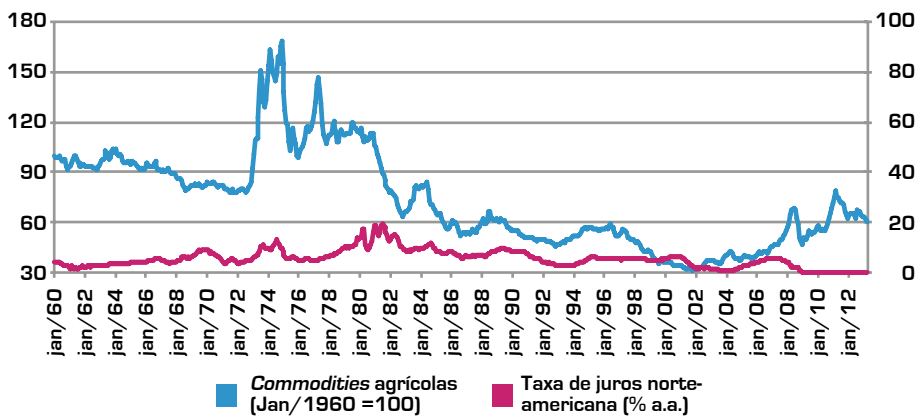
Para entender por que o preço internacional de diversas *commodities* tem caído desde 2011, é necessário ter claro por que estas cotações subiram fortemente até aquele ano. Além do crescimento das economias emergentes, que aumentou a demanda pelas *commodities* agrícolas, é fundamental também considerar o excesso de liquidez nos mercados financeiros internacionais.

Índice de preços das *commodities* agrícolas (valores nominais)



Fonte: FMI

Índice de preços das *commodities* agrícolas deflacionado (CPI) *vs.* taxa de juros dos EUA (% a.a.)



Fonte: FMI e Federal Reserve

Nesse caso, excesso de liquidez significa um volume muito grande de dólares em circulação. Estes dólares foram despejados nos mercados pelos Bancos Centrais dos países mais desenvolvidos, com especial destaque para o FED (o Banco Central dos Estados Unidos), para salvar os seus respectivos sistemas financeiros, que entraram em colapso a partir de 2008. Este excesso de dólar no mercado elevou as cotações das *commodities* por dois canais principais:

• Migração de recursos: após a crise, ativos financeiros mais tradicionais tornaram-se menos atraentes, pois seu retorno esperado ficou mais incerto, aumentando o risco associado a este tipo de investimento. Dessa forma, parte significativa dos dólares liberados pelos Bancos Centrais acabou encontrando melhores oportunidades de valorização em ativos cujo retorno está associado aos movimentos dos preços das *commodities* agrícolas. Como a demanda por estes ativos ficou maior, seu preço também se elevou. Como as cotações nos mercados de futuros participam da formação dos preços nos mercados físicos, esse excesso de liquidez acabou puxando para cima as cotações de quase todas as *commodities*.

• Perda de valor do dólar: assim como acontece com qualquer outro bem, quanto maior a quantidade ofertada, menor tende a ser o preço. Como os Bancos Centrais despejaram volumes muito grandes de dólar no mercado, esta moeda ficou mais barata. Isso explica porque a taxa de câmbio de quase todos os países entrou em uma trajetória de apreciação após 2009. Como as cotações das *commodities* são precificadas em dólar, uma vez que esta moeda perca valor, é necessário reajustar para cima o preço de todos os bens mensu-

rados por ela para que preservem seu valor "real".

O crescimento dos Estados Unidos está mudando esse cenário, que, por sua vez, está deixando de ser tão favorável para as *commodities* agrícolas:

• os ativos tradicionalmente financeiros estão voltando a ficar mais atraentes (basta ver o desempenho da Bolsa de Nova York), desinflando as cotações das *commodities*;

• conforme a economia norte-americana cresce, atrai mais dólares, reduzindo a liquidez nos mercados internacionais. O dólar fica mais forte, contribuindo ainda mais para desinflar o preço dessas *commodities*.

Preços de 2011: em termos reais, não eram picos históricos

O principal erro ao afirmar que os preços das *commodities* agrícolas atingiram picos históricos em 2011 é não descontar o efeito da inflação. Ou seja, os preços destas *commodities* não subiram apenas porque elas ficaram mais "caras", mas porque, ao longo do tempo, a inflação foi corroendo o valor do dólar, a moeda utilizada para precificar praticamente todas as cotações internacionais.

Ao descontar o efeito da inflação do dólar sobre estes preços, fica claro que:

• O pico atingido em 2011 não representa o maior nível de preços, em termos reais, que as *commodities* agrícolas já registraram. Embora, os preços de 2011 representem o maior patamar dos últimos vinte anos, eles ainda são significativamente inferiores aos preços reais observados no final dos anos 70.

• No longo prazo, os preços das *commodities* agrícolas têm uma tendência de queda. Embora possa haver períodos em que as cotações tenham uma tendência de alta, estes representam apenas ciclos temporários em que as cotações fogem da sua trajetória de longo prazo.

A tendência dos preços reais das *commodities* agrícolas é de queda no longo prazo

A mensagem, aqui, é simples: no longo prazo e em termos reais, isto é, descontando a inflação, os preços das *commodities* agrícolas têm uma tendência de queda. Como o produtor não consegue determinar a que preço ele venderá seu produto, o único meio que ele tem para aumentar a sua margem de lucro é reduzindo o seu custo de produção por unidade. Para reduzir o seu custo de produção, ele tem que se tornar mais produtivo, por exemplo, adotando pacotes tecnológicos mais eficientes. Todavia, como tecnologia e inovação nos mercados agrícolas disseminam-se de forma mais rápida do que em outros setores, em poucas safras, uma fração significativa de produtores já terá incorporado esse pacote mais eficiente, ampliando a produção e empurrando o preço para baixo.

Os ciclos de alta dos preços agrícolas surgem devido a um aumento de demanda. Porém, uma demanda aquecida fará com que os produtores aumentem sua produção, seja aumentando a área plantada, seja aumentando a produtividade das áreas produtoras. De qualquer forma, a oferta irá aumentar, reduzindo paulatinamente o excesso de demanda, até que os preços retomem sua trajetória de longo prazo. Caso os produtores queiram recuperar a margem de lucro, eles terão que investir em ganhos de produtividade. Mas, isso fará a oferta aumentar ainda mais, empurrando o preço para baixo novamente. ■

Os picos dos anos 70 têm muito a ensinar

A situação dos preços macroeconômicos no final dos anos 70 e nos dias de hoje guardam muitas semelhanças. Estas semelhanças podem trazer importantes reflexões. Os anos 70 também presenciaram uma conjuntura favorável à elevação dos preços das *commodities*:

• O aparecimento de economias emergentes: enquanto os últimos vinte anos foram marcados pela emergência da economia chinesa, a década de 70 testemunhou o crescimento robusto das economias latino-americanas (Brasil, México etc.) e do leste asiático (Coreia do Sul).

• Longo período de baixas taxas de juros: assim como na década passada, a taxa de juros dos títulos da dívida norte-americana também permaneceu em patamares muito baixos ao longo da primeira metade dos anos 70.

• Excesso de liquidez: ao longo dos anos 70, devido aos elevados gastos públicos (militares, sociais e correntes) do governo norte-americano, o mundo também foi inundado de dólares.

Um grande marco da virada dessa conjuntura favorável para as *commodities* agrícolas foi a elevação da taxa de juros norte-americana. Na ocasião, a economia norte-americana estava operando com uma inflação acima dos seus patamares históricos, e foi necessário um choque de juros para revertê-la a níveis mais confortáveis. Este aumento de juros:

• derrubou a cotação das *commodities* agrícolas, pois houve migração de recursos para os títulos públicos da dívida norte-americana; e

• desvalorizou a taxa de câmbio dos países emergentes.

Embora com intensidade menor, é exatamente esse processo que está acontecendo atualmente: as economias emergentes estão desacelerando, e os Estados Unidos estão anunciando que, se sua economia continuar evoluindo, sua taxa de juros irá subir ao final deste ano. Em outras palavras, será o fim do período de crédito internacional barato.

Para o setor agro, isso gera duas implicações: se, por um lado, as *commodities* agrícolas apresentarão tendência de queda; por outro, as taxas de câmbio dos países emergentes (incluído o Brasil) ficarão mais depreciadas. Esse cenário pode não ser tão ruim, pois a perda provocada pela queda no preço das *commodities* pode ser, ao menos em parte, compensada pelo câmbio mais favorável.

*Doutorando em Economia pela FGV/EESP e pesquisador do GV Agro (felippeserigati@gmail.com)

Soja em 2013/14

Resultado menor, porém positivo

Gustavo Aguiar[1]
Rafael Ribeiro[2]
Alcides Torres[3]

A SOJA deverá apresentar bons resultados para o agricultor em 2013/14, porém a rentabilidade será menor em relação às duas últimas temporadas.

A área plantada de soja deverá crescer, mais uma vez. Assim, se o clima colaborar, a produção poderá ser recorde. Esse fato, somado à recuperação parcial dos estoques brasileiros e mundiais, cria um ambiente de preços mais frouxos para a temporada que se inicia no Brasil.

Para o Mato Grosso, as expectativas iniciais do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA) para a safra 2013/14 (relatório da primeira semana de junho) apontam para uma área plantada de 8,28 milhões de hectares, aumento de 4,9% frente aos 7,89 milhões de hectares plantados em 2012/13.

A produção está estimada em 25,28 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 1,69 milhão de toneladas ou 7,2% frente a 2012/13.

Para o Paraná, ainda não existem expectativas oficiais para a próxima safra, mas o mercado espera ampliação de área plantada, tendência que deve ser observada nacionalmente.

Análise da rentabilidade

De forma a analisar os resultados econômicos obtidos com o cultivo de soja, considerou-se os dados dos dois principais estados produtores, Mato Grosso e Paraná.

Vale ressaltar que mudanças nos resultados podem ocorrer conforme a alteração dos critérios considerados na análise, como, por exemplo, o mês de venda do produto e de regiões específicas dentro de cada estado.

Para os cálculos, foram considerados os custos médios de produção divulgados pelo IMEA e pelo Departamento de Economia Rural do Paraná (DERAL). Os custos consideram, além do dispêndio com as operações agrícolas, a depreciação dos maquinários e equipamentos. Para a produtividade, considerou-se a média estadual, divulgada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Quanto ao preço de venda, para as safras 2011/12 e 2012/13, foram consideradas cotações médias de maio (último mês completo antes do fechamento desta edição e, geralmente, o de maior liquidez no mercado futuro da soja) em Rondonópolis-MT e Paranaguá-PR. Para 2013/14, estima-se um preço médio da soja 5% menor em relação a 2012/2013.

Com base nos critérios apresentados, verifica-se tendências opostas para os lucros nos dois estados analisados na comparação entre as safras 2011/12 e 2012/13. Enquanto, no Mato Grosso, o lucro caiu 33,1% na comparação com o ano agrícola anterior; no Paraná, o lucro subiu 63,8%.

O principal fator de melhoria do lucro, no Paraná, foi a recuperação da produtividade na safra 2012/13. No Mato Grosso, a queda de 3,8% na produtividade, aliada à queda de 8,1% no preço médio em maio, piorou os resultados. A principal causa da queda de produtividade foi o excesso de chuva no primeiro trimestre do ano.

O IMEA estima um aumento de 26,1% nos custos de produção de soja no Mato Grosso em 2013/2014 em relação à temporada que se encerrou. O aumento foi puxado pelas altas dos fertilizantes, sementes, combustível e mão de obra.

Considerando uma produtividade média igual à de 2012/13, os resultados devem ser piores na temporada 2013/14, mas isso comparativamente às duas últimas temporadas.

O lucro com a soja no Mato Grosso está estimado em R$ 530,87 por hectare em 2013/14, 50,3% menor em relação a 2012/2013.

No Paraná, levando em conta uma variação positiva de pelo menos 25% nos custos na próxima safra, o lucro médio está estimado em R$ 1.112,62 por hectare, ou seja, 35,3% menor em relação a 2012/13. ■

1 Zootecnista (gm@scotconsultoria.com.br)
2 Zootecnista (rafael@scotconsultoria.com.br)
3 Engenheiro agrônomo (alcides.torres@scotconsultoria.com.br)

Mato Grosso e Paraná: Resultado econômico da soja

	Mato Grosso				Paraná			
	2011/12	2012/13 (a)	2013/14 (b)	Var. % (b/a)	2011/12	2012/13 (a)	2013/14 (b)	Var. % (b/a)
Custo de produção (R$/ha)	1.378,45	1.560,86	1.968,09	26,1	1.547,98	1.734,00	2.167,50	25,0
Produtividade (sacas/ha)	52,2	50,2	50,2	0,0	40,9	55,6	55,6	0,0
Preço médio (R$/saca)	57	52,4	49,78	- 5,0	63,53	62,1	59	- 5,0
Receita (R$/ha)	2.973,50	2.628,73	2.498,96	- 4,9	2.597,32	3.452,76	3.280,12	- 5,0
Lucro (R$/ha)	**1.595,05**	**1.067,87**	**530,87**	- 50,3	**1.049,34**	**1.718,76**	**1.112,62**	- 35,3

Fonte: IMEA / DERAL / Conab / Scot Consultoria

Japão

Agricultura eficiente e a segurança alimentar

Gutemberg Barone A. Nojosa[1]
Fábio Alves Schmidt da Silva[2]

O JAPÃO detém o título de maior importador líquido de alimentos do mundo, destacando-se em particular na aquisição de alguns produtos, como a carne suína, cujo mercado foi recentemente aberto para Santa Catarina. Contudo, este título gera muitas ideias equivocadas sobre o perfil agrícola do país. Muitos acreditam que o Japão depende exclusivamente da importação para alimentar sua população, de cerca de 128 milhões de habitantes. Porém, isso não é verdade. No Japão, a agricultura desempenha importante papel social e reveste-se de grande simbolismo nacional. Para o governo japonês, dadas as condições naturais do país, com grande parte do território não agricultável, garantir a segurança alimentar do país é algo essencial, e, por conseguinte, o setor agrícola é tratado de forma estratégica.

Entre os países desenvolvidos, o Japão é o que tem a menor taxa de autossuficiência alimentar em base calórica, cerca de 39%. No entanto, o país é autossuficiente na produção de arroz, alimento-base da dieta japonesa. O Japão também produz cerca de 53% da carne suína que consome. Mais de 75% das aves consumidas no país são provenientes da produção nacional, e a indústria do leite é uma das mais organizadas e hegemônicas. O Japão também tem um sistema cooperativo robusto, além de um dos maiores bancos agrícolas do mundo, com cerca de US$ 955 bilhões em ativos e 45 milhões de clientes, incluindo membros, agricultores, fornecedores e consumidores finais.

É por isso que o setor agrícola é tão importante para o país. Em outras palavras, não se trata de apenas 1,2% do PIB, mas de uma questão estratégica: a garantia do alimento que é consumido por cada um nesse arquipélago. É isso que faz com que o Japão analise com lupa todos os seus passos no setor agrícola, tanto na política interna, como na externa.

Para enfrentar os novos desafios mundiais, como as mudanças climáticas, o aumento de consumo de alimentos e a necessidade de acordos regionais e bilaterais, o Japão começou a traçar seu novo projeto de ganho de eficiência não apenas no setor agrícola, mas em toda a cadeia do agronegócio, floresta e pesca: do campo à agroindústria, e desta ao comércio e distribuição de alimentos ao consumidor. O setor concentra-se em ganhar competitividade, buscando redução do desperdício de alimentos, eficiência no uso da terra, incentivando grandes empresas a investir na produção agrícola e, também, estimulando a exportação de produtos de alto valor agregado, como o bife *wagyu*, o saquê, entre outros.

O Japão tem uma das maiores e mais bem distribuídas malhas ferroviárias do mundo, e, ao contrário do Brasil, o transporte e a logística não são grandes problemas para a distribuição de alimentos e grãos. Diferentemente do Brasil, que perde cerca de 30% do alimento produzido no transporte, grande parte do desperdício do alimento japonês – também ao redor de 30% – ocorre na gôndola do supermercado, devido a regras que impõem um tempo muito reduzido de vida de prateleira. Recentemente, os produtos ganharam mais tempo nas gôndolas das lojas de conveniência e supermercados.

Apesar da produção agrícola significativa em itens como o arroz, o país não consegue alcançar a autossuficiência em determinados produtos, como carnes e óleos, largamente utilizados pelos consumidores. Na década de 60, era comum consumir cerca de 5 tigelas de arroz por dia. Nos dias atuais, porém, o consumo limita-se a cerca de 3 tigelas. Por outro lado, era comum consumir carne suína somente uma ou duas vezes ao mês; enquanto, na atualidade, a média já supera seis vezes por mês. Em vista dessa situação, o consumidor japonês é alvo de campanhas públicas sobre alimentação, cujo foco reside na promoção do "alimento saudável", baseada em produtos nos quais o país tenha maior índice de autossuficiência.

Outra ação do país para ganhar competitividade é o uso de campanhas de *marketing* para ajudar no aumento das exportações de alimentos considerados tipicamente japoneses e classificados como de alta qualidade. Para tanto, um dos passos mais importantes foi dado com o lançamento de campanhas para o reconhecimento da comida japonesa como um dos patrimônios mundiais da humanidade e o investimento na divulgação do estilo de comida japonesa no exterior.

Estas campanhas visam reverter a tendência de novos hábitos alimentares, fundados em itens importados, incentivando, em seu lugar, o consumo de vegetais, arroz e outros produtos locais. Enfim, a meta é estimular o consumo da produção alimentícia na qual há índice de autossuficiência alimentar maior do que em produtos tipicamente importados ou produzidos a partir de ingredientes importados, incentivando, assim, o consumo de "conteúdo local".

Ao se discutir o estímulo à eficiência no setor agrícola no Japão, não se pode deixar de discutir o uso da terra, a idade dos agricultores – que, em geral, têm uma média de sessenta e seis anos – e a jornada laboral de dedicação à atividade no campo. Mesmo com incentivos do governo japonês, é difícil convencer

as novas gerações do país a trabalhar no setor agrícola, ante a opção de melhor remuneração na zona urbana. Por isso, a população agrícola, além de encolher, está envelhecendo, com mais de 61% de seu total já com idade acima de sessenta e cinco anos. Esse não é um problema exclusivo do Japão; no Brasil, também há desinteresse dos jovens pelo trabalho no campo. A diferença reside no fato de que o Japão está buscando uma solução para estimular os jovens a se estabelecer na atividade agrícola, inclusive concedendo incentivos para jovens casais, entre outros tipos de incentivos financeiros para fixar o agricultor no campo.

Outra questão importante na eficiência do setor agrícola japonês é a dedicação parcial ou total à produção agropecuária. De acordo com o censo agrícola japonês de 2010, apenas 451 mil agricultores (27,65%) atuavam de forma integral no setor e os demais 1,18 milhão de agricultores (72,35%) eram considerados fazendeiros em tempo parcial, tendo outras atividades como fonte de renda. Assim, para ganhar eficiência no uso da terra, o setor agrícola japonês irá necessitar transformar estes agricultores parciais em empresários do agronegócio, mediante a consolidação de propriedades de maior extensão e mais eficientes. Além disso, é necessário tornar produtivas as terras consideradas devolutas, que somavam aproximadamente 396.000 hectares em 2010, sendo 2,6% a mais do que no censo anterior, de 2005.

Uma das soluções encontradas para a melhoria da eficiência da agricultura japonesa é incentivar grandes empresas de outros ramos, como o comércio varejista, a investir na produção agrícola e a fazer melhor uso das terras. A participação de grandes conglomerados poderia injetar no setor agrícola os investimentos e o modelo de gestão empresarial que poderiam trazer ao setor os ganhos de eficiência e competitividade desejados. Ao mesmo tempo, essas empresas – em especial, cadeias de restaurantes e lojas de conveniência – que têm sido afetadas pelo aumento de custos com a importação de ingredientes poderiam reduzir seus custos com a produção agrícola local. Porém, ainda assim, haveria a necessidade de importação de produtos agrícolas.

O Japão também almeja obter mais espaço para as exportações de um de seus principais produtos de exportação agrícola, a carne bovina *wagyu*. A promoção do produto poderá ganhar ímpeto com o recente reconhecimento da OIE, que conferiu ao Japão a condição de país com risco insignificante para encefalopatia espongiforme bovina (EEB, ou doença da vaca louca).

As ações para imprimir eficiência e competitividade no setor agrícola nipônico não se resumem ao mercado interno. O Japão também tem realizado uma série de iniciativas na busca de ajudar os exportadores e tem colocado todo o aparato do governo para identificar setores, produtos prioritários e disponibilizar os contatos de potenciais importadores. A partir deste tipo de iniciativa, instituições japonesas realizaram, por exemplo, análise detalhada do setor de alimentos no Brasil e elaboraram documento com contatos de todos os possíveis compradores de produtos japoneses, em especial restaurantes e cadeias de supermercados nas principais cidades e capitais brasileiras. As iniciativas de incentivo às exportações agrícolas estão focadas, principalmente, na Ásia, pela similaridade de cultura alimentar, mas também em países como o Brasil, pelo potencial de consumo dos alimentos produzidos no Japão.

Assim, o Japão precisa não apenas fazer coexistir a produção agrícola com a importação de alimentos, mas também precisa tornar eficientes todas as cadeias do setor agrícola, inclusive aquelas com potencial de exportação.

Com base no conceito de que a agricultura reveste-se de caráter estratégico, o setor está no meio das decisões de todos os caminhos que o Japão delineia para seu futuro em termos de abertura comercial. A demora do Japão em decidir entrar nas negociações da Parceria Transpacífica de comércio (TPP), acordo regional que envolve Estados Unidos (EUA) e mais dez países, também refletiu a necessidade de avaliar com clareza os impactos na agricultura local. Sem dúvida, a liberalização agrícola será a questão mais desafiadora da participação nas negociações da TPP. Há estimativas oficiais de que, caso se retirasse completamente a proteção tarifária dos trinta e três principais produtos agrícolas do país até 2020, a produção doméstica atual – US$ 70 bilhões – cairia drasticamente em cerca de US$ 31 bilhões, com elevado risco para a manutenção do já baixo índice de autossuficiência alimentar.

Buscando um novo modelo de agricultura, eficiente e competitivo, o Japão, na verdade, prepara-se para esse cenário futuro. Foi com esse espírito que o governo japonês anunciou a criação de uma força-tarefa para o fortalecimento do setor agrícola japonês. Este comitê será encabeçado pelo próprio primeiro-ministro Shinzō Abe e terá como missões a promoção dos produtos agrícolas nipônicos e a preservação dos cultivos do Japão, no contexto da adesão recente às negociações da TPP. Entre as preocupações do governo japonês, estão a estabilização da renda dos agricultores e o treinamento das futuras gerações.

No caso do Brasil, a agricultura representa cerca de 6,7% do PIB, mas, se começarmos a pensar como os japoneses, veremos que o agronegócio brasileiro não é só isso; representa mais: é a garantia de alimento para cerca de 190 milhões de brasileiros, milhares de empregos no campo e em outros setores e um superávit na balança comercial que equilibra as contas do Brasil. Por isso, assim como o Japão, devemos perseguir a eficiência de forma constante, com visão estratégica e sistêmica, e não apenas para solucionar questões pontuais. ■

Este artigo reflete a opinião dos autores, e não da instituição que represetam.

1 Engenheiro agrônomo, fiscal federal agropecuário e adido agrícola na Embaixada do Brasil em Tóquio (Japão), representando o MAPA
2 Diplomata na Embaixada do Brasil em Tóquio (Japão), representando o MRE

Açúcar e etanol

Contribuição para a balança comercial

Plinio M. Nastari*

O SETOR de açúcar e etanol do Brasil é frequentemente lembrado por sua contribuição à balança comercial, dada a sua expressiva participação no comércio internacional, no qual representa praticamente 50% das exportações mundiais de açúcar e quase 60% das exportações de etanol. Os volumes e valores envolvidos são significativos. As exportações de açúcar atingiram 24,34 milhões de toneladas, em 2012, e 11,80 milhões de toneladas, no primeiro semestre de 2013. O valor total destas exportações foi de 12,84 bilhões de dólares norte-americanos, em 2012, e 5,46 bilhões de dólares, na primeira metade de 2013.

As exportações de etanol ainda estão longe do recorde de 5,12 bilhões de litros atingido em 2008, mas, ainda assim, têm gerado uma contribuição expressiva. Em 2012, foram exportados 3,1 bilhões de litros, gerando 2,19 bilhões de dólares de receita, e, no primeiro semestre de 2013, foi exportado 1,15 bilhão de litros, com receita de 772 milhões de dólares.

As importações de etanol têm sido regionalizadas e destinadas aos mercados das regiões Norte e Nordeste, que enfrentam quebra de safra há dois anos consecutivos. Os elevados custos da logística interna do Brasil para o transporte do produto a partir dos estados do Centro-Sul favorece a compra do etanol de outros países. Em 2012, foram importados 545 milhões de litros, com dispêndio de 379 milhões de dólares, e, na primeira metade de 2013, foram importados 96 milhões de litros, com dispêndio de 66 milhões de dólares.

Impacto do setor de açúcar e etanol na balança comercial

	2012	2013 (jan-jun)
EXPORTAÇÃO		
Açúcar[1]		
Volume (t)	24.342.274	11.801.698
Valor (mil US$)	12.844.853	5.459.410
Etanol[1]		
Volume (mil l)	3.098.297	1.154.784
Valor (mil US$)	2.186.191	772.183
IMPORTAÇÃO		
Etanol[1]		
Volume (mil l)	545.602	95.968
Valor (mil US$)	378.779	65.700
Gasolina substituída pelo etanol[2]		
Volume (milhão de l de gasolina equivalente)	14.834.669	7.694.841
Valor (mil US$)	11.829.270	5.778.826
Impacto do açúcar e etanol na balança comercial	**26.481.535**	**11.944.719**

Fonte: 1 SECEX; 2 DATAGRO

No entanto, a avaliação do impacto deste setor na balança comercial deve levar em conta também o volume e o valor da gasolina importada substituída pelo etanol. O Brasil continua importando gasolina para suprir o seu consumo doméstico, com dispêndio significativo de divisas.

No ano de 2012, o Brasil consumiu de forma exclusiva como combustível 7,939 bilhões de litros de etanol anidro e 9,850 bilhões de litros de etanol hidratado, ou um total de 17,790 bilhões de litros de etanol. Poderia ser um volume maior caso a política para combustíveis líquidos no Brasil fosse orientada na direção do uso mais intensivo de etanol produzido localmente, em vez do uso de gasolina importada. É bem menos do que os 22,535 bilhões de litros de consumo total verificados em 2010. Mirando apenas o consumo de etanol hidratado, o consumo de 9,85 bilhões de litros em 2012 foi in-


SXC.HU

Brasil: Consumo de etanol como combustível (milhões de litros)

	1989	2010	2011	2012
Etanol anidro	1.723,9	7.460,9	8.429,3	7.939,5
Etanol hidratado	10.880,1	15.074,3	10.764,9	9.850,2
Total	**12.604,0**	**22.535,2**	**19.194,2**	**17.789,7**

Fonte: DATAGRO

ferior até ao registrado há mais de duas décadas, tendo em vista que, em 1989, o consumo atingiu 10,88 bilhões de litros.

Com esses números, em 2012, o consumo de etanol, em gasolina equivalente, foi de 14,834 bilhões de litros, o que representou uma participação do etanol no consumo de combustíveis do ciclo Otto de 31,8%. Segundo cálculos da DATAGRO, este percentual já foi de 55,7%, em 1989, e de 44,6%, em 2010. No primeiro semestre de 2013, o percentual foi de 32,5%.

Considerando que, em 2012, o preço médio da gasolina importada pelo Brasil foi de 0,797 dólar por litro e que, no primeiro semestre de 2013, foi de 0,751 dólar por litro, o dispêndio de divisas evitado pela substituição de gasolina por etanol foi de 11,83 bilhões de dólares, em 2012, e de 5,78 bilhões de dólares, no primeiro semestre de 2013.

Portanto, o impacto do setor sucroalcooleiro na balança comercial, considerando o valor das exportações de açúcar e etanol, o valor das importações de etanol e o valor da gasolina importada substituída, foi, em 2012, de 26,48 bilhões de dólares e, até a primeira metade de 2013, de 11,94 bilhões de dólares. Tais valores demonstram que este é um dos setores mais relevantes para o equilíbrio do balanço de pagamentos e que os objetivos preconizados na concepção original do plano de diversificação da indústria na direção do etanol, iniciado em 1975, durante o governo Ernesto Geisel, têm sido plenamente atingidos.

Entretanto, há ainda imperfeições de mercado a ser corrigidas. Enquanto o País despende, atualmente, 0,751 dólares por litro de gasolina importada, que, à taxa de câmbio de R$ 2,25/US$, equivalem a R$ 1,69 por litro; o etanol anidro, que substitui a gasolina diretamente nos motores numa relação de 1:1, é vendido pelos produtores a um preço livre de impostos de R$ 1,26 por litro. O etanol hidratado, que tem uma equivalência de 70% em volume com a gasolina, é vendido pelos produtores a R$ 1,09 por litro (preços de 11 de julho de 2013). O ânimo dos produtores para produzir, investir em expansão da produção e saldar financiamentos contraídos no ciclo anterior de investimentos, provavelmente, seria maior caso pudessem vender etanol anidro pelo mesmo preço que o País despende para importar gasolina.

Em realidade, o etanol anidro não substitui simplesmente a gasolina e, sim, as parcelas de gasolina mais nobres, com maior teor de octanagem, principalmente o tolueno. É pelo valor do tolueno, que tem preço 30% a 50% superior ao da gasolina, dependendo das condições de mercado, que o etanol anidro deveria ser valorizado.

Tanto no caso do anidro, quanto no caso do hidratado, o preço do etanol enxergado pelo consumidor deveria incorporar, pelo menos parcialmente, o valor de suas externalidades, amplamente reconhecidas nos campos ambiental e de promoção do desenvolvimento econômico descentralizado, que geram grande economia de investimentos em infraestrutura nos grandes centros urbanos, geralmente de responsabilidade do setor público.

Mesmo sem levar em conta o valor das externalidades, usando a regra de equivalência de 70%, o etanol hidratado deveria ser vendido no atacado por um preço no mínimo equivalente a 70% do preço da gasolina importada, ou seja, R$ 1,18, e não 1,09, por litro.

Ao privilegiar o controle do preço, estagnado desde setembro de 2005, e ao reduzir a tributação sobre a gasolina, eliminando a CIDE, usada no transporte individual, em detrimento da geração de receitas capazes de viabilizar investimentos mais intensivos em transporte público de qualidade, a política atual tem induzido os agentes econômicos na direção contrária às metas de avanço no uso de biocombustíveis preconizadas até recentemente no próprio planejamento público, expresso nos detalhados e competentes estudos elaborados pela EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.

Uma reflexão sobre os benefícios que o setor de açúcar e do etanol pode trazer para a geração de divisas e para o desenvolvimento econômico e social, mantendo a renda gerada com a produção de combustíveis dentro do País, gerando empregos, maior atividade do comércio e da indústria e, também, maior nível de arrecadação e equilíbrio fiscal nos níveis municipal, estadual e federal, poderia estar ocorrendo neste momento. ■

*Mestre e doutor em Economia agrícola e presidente da DATAGRO; foi professor de Economia da EAESP-FGV

Inscreva-se no PDGC. Sua cooperativa cresce e os resultados aparecem



Quer aumentar a produtividade e a rentabilidade da sua cooperativa? Inscreva-se no PDGC. Além de promover boas práticas de gestão, você faz um diagnóstico do planejamento estratégico, gestão, governança, relacionamento com o cooperado, dentre outros. Com isso, melhora os projetos e os resultados da sua cooperativa.

Participe! Acesse **http://pdgc.brasilcooperativo.coop.br** ou procure a unidade do Sescoop no seu estado.

FNQ FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE
EXCELÊNCIA EM GESTÃO

SESCOOP
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SistemaOCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP

Colaboração na África

Os mitos por trás do ProSAVANA*

Natalia N. Fingermann[1]

O PROGRAMA ProSAVANA, um dos maiores projetos de cooperação trilateral, firmado entre a Japanese Internacional Cooperation Agency (JICA), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Ministério da Agricultura de Moçambique (MINAG), busca alavancar o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala. Este Programa, que não é o único no norte do país, me chama a atenção pelo fato de ser objeto de crítica de diferentes organizações da sociedade civil, com uma série de artigos publicados no meio acadêmico e na mídia local e internacional.

Estes artigos, muitas vezes, afirmam que ProSAVANA tem o propósito de usurpar os pequenos agricultores moçambicanos. O termo *landgrabbing* surge recorrentemente, e o governo brasileiro passa a ser visto como incentivador da grilagem internacional. O artigo de 2012 "Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique", de Clements e Fernandes, por exemplo, afirma que "o ex-presidente Lula apoiou fortemente a aquisição de terras no continente latino-americano", dando como exemplo a quantidade de terras pertencentes aos brasileiros no Paraguai. Para eles, o ProSAVANA não passa de um projeto que visa dar continuidade a essa política dúbia do governo brasileiro, que apoia a grilagem no âmbito internacional, porém a critica na esfera doméstica.

Outro artigo que levanta esse tema foi publicado no CanalMoz (25/03/2013) por Fátima Mello, da ONG brasileira FASE. O argumento de Mello vai no mesmo sentido do artigo anterior, porém reforça a questão da exportação do conflito social a Moçambique. A leitura de seu texto passa a ideia de que um conflito entre os camponeses moçambicanos e os empresários estrangeiros no Corredor de Nacala é iminente, uma vez que "as comunidades camponesas estão concentradas exatamente onde está prevista a chegada dos investimentos do ProSAVANA".

Seguindo essa linha de argumentação, há ainda diversos artigos publicados em sites da internet e *blogs*, assinados por ONGs nacionais e internacionais. Segundo comentário publicado no site farmlandgrab.org, uma das versões do Projeto de Rápido Impacto do Plano Diretor do ProSAVANA confirmaria "que os governos do Japão, do Brasil e de Moçambique estão secretamente a preparar o caminho para a usurpação de terras em grande escala no norte de Moçambique".

Instigada por essas afirmações alarmantes, decidi viajar, no mês de abril de 2013, ao Corredor de Nacala, para investigar essas questões em terreno, por meio de entrevistas e análise de documentos. Surpreendentemente, descobri que muitas das afirmações feitas em torno do ProSAVANA não são reais. Há, na verdade, a construção de diversos mitos sobre o Programa. Ao contrário do que é dito, percebi que o ProSAVANA não prevê, em nenhum de seus documentos, a usurpação de terra de pequenos produtores, tampouco restringe suas atividades somente à entrada de grandes investimentos. Aliás, a maioria dos agronegócios que estão na região, atualmente, não tem nenhum vínculo com o Programa, sendo todos apoiados pelo governo de Moçambique, e, somente em um caso, da empresa Matanuscavi, houve algum tipo de conflito com os pequenos agricultores locais.

Primeiro mito: réplica do PRODECER

O ProSAVANA foi, claramente, inspirado na experiência do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Esse fato é confirmado e bem-visto pelos representantes do governo de Moçambique. No entanto, não há como dizer que o ProSAVANA é uma réplica do PRODECER. Em primeiro lugar, há uma diferença no momento histórico e na situação política interna dos países: o PRODECER foi uma iniciativa japonesa no Brasil que teve início na década de 70 e se estendeu até os anos 90, período da transição democrática do País, em que havia dificuldades de acesso a informação. Assumir que o ProSAVANA vai replicar os erros que ocorreram no PRODECER é, no mínimo, negar a capacidade de aprendizado dos países. Hoje, são reconhecidos os problemas oriundos deste último Programa, sem isso ser escondido pelos governos brasileiro e japonês.

Em segundo lugar, o ProSAVANA é uma iniciativa trilateral em Moçambique, que inclui os princípios da Cooperação Sul-Sul da política externa brasileira, ao passo que o PRODECER era uma iniciativa puramente japonesa, num período completamente distinto da cooperação

para o desenvolvimento internacional. Assim como em outros projetos de cooperação técnica, o principal objetivo do primeiro é incentivar a transferência de tecnologia de conhecimento técnico e científico na área de agricultura tropical entre países do Sul, e não a entrada de grandes investidores. Não digo que não há empresas estrangeiras interessadas em investir no Corredor de Nacala, e logicamente que a existência de um Programa de longo prazo fortalece o interesse empresarial ao mitigar os riscos. Contudo, essa questão não está vinculada com o Programa em si.

Em terceiro lugar, o ProSAVANA inclui um estruturado Plano Diretor para direcionar melhor suas atividades. O próprio Projeto de Rápido Impacto do PD, diferentemente do PRODECER, já considera as questões de impacto ambiental, inclui estratégias de incentivo à agricultura familiar, por meio do acesso ao crédito e da realização de atividades de extensão, e estabelece cinco projetos pilotos com empresas atuantes no país (Lozane Farms, Ikuru, OrweraSeed Company, Matharia Empreendimentos e Santos Agrícola), podendo apoio financeiro do ProSAVANA Development Initiative Fund (PDIF), segundo o que se pode ler no Projeto de Rápido Impacto do Plano Diretor (p. 3-14).

Segundo mito: irá usurpar os pequenos agricultores

O ProSAVANA é um programa que tem três projetos interligados: (i) o Plano Diretor (PD), que é uma análise das áreas com potencial para o desenvolvimento de culturas apropriadas a cada região, levando em consideração aspectos sociais e ambientais e considerando a coexistência de pequenos, médios e grandes agricultores; (ii) o Plano de Investigação (PI), que é o componente de desenvolvimento de pesquisa e transferência de tecnologia por meio de ensaios agrícolas de diversas variedades (arroz, feijão, soja, milho e trigo), realizado por técnicos do Japan International Research Center for Agricultural Sciences (JICARS), da Embrapa e do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM); e (iii) o Plano de Extensão e Modelos (PEM), que visa fortalecer a Direção Nacional de Extensão Agrária (DNEA) e promover a implementação de modelos de desenvolvimento agrário, além de capacitar os agricultores e técnicos locais.

Destes três projetos, vale notar que somente o PD e o PI estão em andamento desde 2011 e que o PEM teve início a partir de maio de 2013, sendo que, para o PI, serão ainda construídos dois laboratórios de análise de solos e plantas nos Centros Zonais Noroeste e Nordeste, com o intuito de fortalecer a capacidade técnica dos investigadores do IIAM. Já o PD busca direcionar os pequenos, médios e grandes agricultores moçambicanos e, se tiverem interesse, os estrangeiros; contudo, ele não delimita terra para nenhum investidor estrangeiro ou faz parte de um plano maior de concessão de terras destinadas ao Brasil, como é colocado por Clements e Fernandes (2012). O PD também não tem ligação direta com o Fundo Nacala. Os *policymakers* moçambicanos entrevistados indicaram que o Fundo Nacala é uma iniciativa da FGV Projetos, apoiada pelo governo de Moçambique, com o intuito de viabilizar crédito rural à agricultura familiar, assim como atrair grandes investidores da área da agricultura comercial.

Terceiro mito: conflito com os pequenos agricultores

É inegável a existência de conflitos sociais no Brasil no âmbito do PRODECER. Contudo, a realidade em Moçambique é muito diferente, devido à própria Lei de Terras do país. Dessa forma, não se pode dizer que os conflitos do Brasil serão exportados a Moçambique. Esse argumento cai na falácia de assumir que as condições legais, políticas e socioeconômicas dos dois países são idênticas. Da mesma forma que não é possível afirmar *one-model-fits-all* quando se elabora políticas de cooperação, não se pode presumir que os conflitos sociais serão os mesmos. Não digo que não haverá conflitos, pois estes são parte de qualquer processo de negociação. Entretanto, percebo que não se pode dizer, ainda, que tipos de conflitos haverá na região, tampouco se eles terão qualquer relação com o ProSAVANA.

Um olhar atento da sociedade civil para o ProSAVANA ou qualquer outro projeto de longo prazo no Corredor de Nacala é essencial para o desenvolvimento de Moçambique. A sua participação ativa criou novas esferas de diálogo e fortaleceu a transparência e a *accountability.* Entretanto, a estratégia de demonizar o ProSAVANA pelo fato de ele procurar estabelecer um elo entre a agricultura comercial e a agricultura familiar não leva a lugar nenhum. O Programa é uma demanda do governo de Moçambique, que entende que é necessário diversificar a produção interna para conseguir atender as demandas locais e garantir a segurança alimentar da população, uma vez que a insegurança alimentar ainda atinge 25% da população e que 44% das crianças menores de cinco anos sofrem de desnutrição crônica no país, segundo o World Food Program (2013).

Os resultados da viagem ao Corredor de Nacala indicam que o ProSAVANA pode ser um dos mecanismos para alavancar essa difícil tarefa. Para isso, é importante que tanto a sociedade civil, quanto a Academia acompanhem de maneira responsável as atividades do Programa, sem tomar para si o papel daquele que antevê o futuro com base em experiências realizadas em contextos e momentos históricos distintos. A postura catastrófica sobre o Programa, sem base real, estabelece um canal de comunicação improdutivo, que não promove o desenvolvimento e somente produz manchetes para as capas de jornais. ■

1 Investigadora associada do IESE, doutoranda em Administração Pública e Governo na FGV-SP e mestre em Social Development na University of Sussex; coordenadora e professora do Bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário Senac

*A versão completa deste artigo foi originalmente publicada no Caderno IDeAS do IESE, em 29/05/2013: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_49.pdf

Semiárido nordestino

Pior seca em cinquenta anos

NA REGIÃO Nordeste, a seca concentra-se na área chamada de Polígono das Secas, composta de parte de oito estados nordestinos (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e do norte de Minas Gerais. A sua área é de 969,6 mil quilômetros quadrados e compreende 1.133 municípios. Lá, as chuvas são escassas e a massa de ar quente e seca não gera precipitações pluviométricas. Essa situação cria dificuldades sociais para os 22 milhões de habitantes na região. A falta de água traz empecilho para o desenvolvimento da agropecuária e gera fome e miséria no sertão nordestino.

Neste ano, o Nordeste brasileiro enfrenta a maior seca dos últimos cinquenta anos. A situação dos sertanejos torna-se ainda mais dramática, pois essa falta de chuvas acontece justamente depois de uma seca histórica na região. Em 2011 e 2012, as chuvas também ficaram bem abaixo da média histórica. Já são três anos seguidos de escassez. O cenário pode continuar ruim, pois a estiagem poderá estender-se e chegar até fevereiro de 2014.

Os debates e as propostas para a reestruturação produtiva do Semiárido destacam a importância de se construir um plano de trabalho, com soluções emergenciais e estruturantes para enfrentar a carência de água para o abastecimento das famílias, a dessedentação dos animais e a produção agropecuária. O Estado brasileiro deve estabelecer uma política de convivência com a seca, mediante à:

- Montagem de sistemas produtivos com reserva de água e de alimentos para os animais;
- Recuperação e fortalecimento de cultivos alimentares regionais, da pecuária leiteira e de pequenas criações;
- Agroindústria para a diversificação e agregação de valor à produção; e
- Agricultura irrigada.

A União elaborou um Plano Safra específico para a região do Semiárido, a exemplo dos Planos Safras da agricultura familiar e empresarial, com dotação de R$ 7 bilhões para atender 1,5 milhão de agricultores. Para os agricultores atingidos pela seca, o Governo ofereceu crédito de 2,4 bilhões para reestruturação das dívidas. Além disso, eles poderão contratar as linhas especiais de crédito com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Dentre as ações emergenciais, estão os programas Garantia Safra e Bolsa Estiagem, a contratação de carros-pipa pelo Exército e a compra de milho subsidiado, complementados pelos programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida. Nas compras públicas para a agricultura familiar, estão previstos R$ 700 milhões para aquisição de alimentos; R$ 600 milhões para alimentação escolar; R$ 100 milhões de produtos para alimentação animal; e R$ 50 milhões de sementes e mudas para distribuição gratuita. Os preços mínimos foram reajustados para mandioca, leite, caprino e ovino, e o seguro rural deve aumentar o número de agricultores beneficiados de 970 mil para 1,2 milhão. ■

Região Nordeste: Variações das safras 2010/11 e 2011/12

Produto	Área (%)	Produção (%)
Algodão[1]	2,2	- 69,7
Feijão	- 30,7	- 28,7
Milho	- 23,0	- 2,5
Soja	8,8	- 5,5
Cana-de-açúcar	- 0,8	- 22,0
Grãos (total)	**- 16,2**	**- 21,5**

1 Algodão em pluma
Fonte: Conab, setembro de 2012

Estimativas das perdas na região Nordeste

As perdas nas lavouras do Nordeste provocadas pela maior seca atingem quase 1,5 mil municípios e mais de 10 milhões de pessoas. Os valores chegam a R$ 3,6 bilhões, quando se leva em conta as dez principais culturas cultivadas na região: feijão, arroz, castanha de caju, milho, algodão, banana, cana-de-açúcar, mandioca, soja e café.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), se for contabilizado o número de cabeças de gado perdidas pela estiagem, o prejuízo chega a R$ 6,8 bilhões. O rebanho, de 29,6 milhões de cabeças em 2011, pode encolher em 16,3%, segundo a Embrapa Semiárido. Para se ter uma ideia do tamanho dos prejuízos, a transposição do rio São Francisco está orçada em R$ 8,2 bilhões.

Seguro rural

Sem tempo a perder

Pedro Loyola*

O GOVERNO federal dá ares de que acordou para alguns problemas da agricultura brasileira. Entre as diversas medidas anunciadas no Plano Agrícola e Pecuário, o destaque é a mudança de rumo no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), com a promessa de se liberar R$ 700 milhões na safra 2013/14 para cobrir uma área de 11 milhões de hectares com seguro agrícola.

É fundamental alertar que, para atingir essa meta, o Congresso Nacional terá que aprovar no orçamento, ainda em 2013, recursos adicionais ao PSR de R$ 230 milhões; e precisa fazê-lo com urgência, pois a aquisição de insumos da nova safra está em fase adiantada. Os recursos do Programa não podem ser contingenciados ou liberados no apagar das luzes de 2013, como já ocorreu em anos anteriores, sob o risco da perda dos prazos do calendário agrícola e da credibilidade do programa.

Em 2012, o PSR liberou R$ 318 milhões e cobriu uma área de 5,24 milhões de hectares com capitais segurados na ordem de R$ 8,78 bilhões, arrecadando mais de R$ 571 milhões em prêmios. O potencial de expansão desse mercado está atraindo mais três seguradoras para os próximos meses, que se somarão às doze resseguradoras e sete seguradoras habilitadas no PSR

Para qualquer país atrair seguradoras para esse mercado de alto risco, não é tarefa fácil. O risco de uma catástrofe afasta a seguradora de diversas regiões nas quais o risco climático é elevado. Por essa razão, é preciso criar algum fundo de reserva que permita equilibrar anos adversos nos quais os eventos climáticos penalizam amplas áreas agrícolas. A experiência internacional mostra que a constituição de um fundo é parte de um programa bem-sucedido de seguro agrícola de larga amplitude.

Uma vez que está sendo estabelecida a política de seguro rural no Brasil de modo mais consistente, faz-se necessário criar o Fundo de Reparação das Seguradoras, para dar estabilidade e reduzir os riscos sistêmicos do programa. Nesse sentido, é fundamental regulamentar a Lei Complementar 137/10, que criou o Fundo de Catástrofe. O objetivo é evitar que as seguradoras deixem de atuar com seguro rural em caso de catástrofes, garantindo ao produtor o acesso ao seguro em regiões e culturas de alto risco e ao ressarcimento do sinistro em caso de uma catástrofe.

Há, ainda, muitos outros desafios na agenda para o desenvolvimento do seguro rural brasileiro:

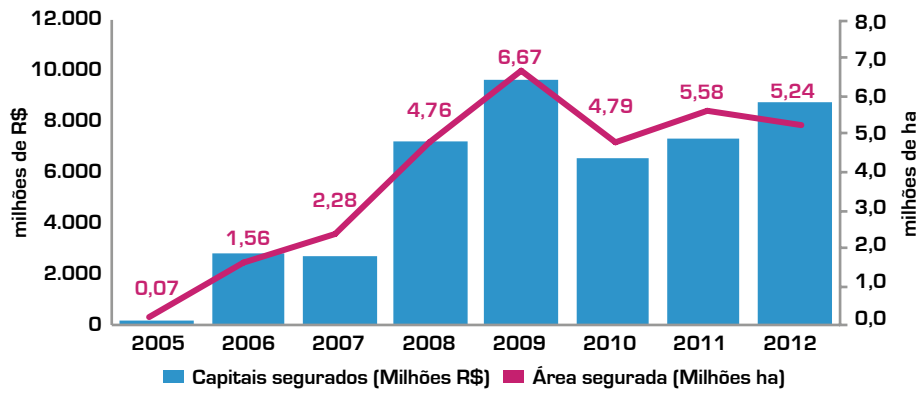
a) Propiciar a previsibilidade e estabilidade do programa de seguro agrícola, por meio de um planejamento de longo prazo (mínimo de três anos), e o estabelecimento de garantia dos recursos;

b) Implementar um sistema de acesso ao Programa, em que o produtor possa escolher a seguradora que presta o melhor atendimento e tem o melhor custo-benefício;

c) Criar uma central de informações e promover a divulgação, por meio de um portal na internet, dos valores disponíveis para subvenção ao prêmio, de cada seguradora participante do PSR e das condições de contratação do seguro com simulador de prêmios e sinistros.

Não restam dúvidas de que o Programa alavancou as contratações de seguro rural, reduzindo renegociações de dívidas, o que, por si só, já justifica a sua importância para o País. No entanto, vale lembrar que menos de 20% da área agrícola do Brasil estão cobertos com alguma modalidade de seguro rural (PSR, Proagro e Proagro Mais, Garantia Safra ou Fundos de Mutualidade), quando o ideal seria 80%. Logo, como diz o poeta, "não temos tempo a perder". ■

Programa de subvenção ao prêmio do seguro rural



Fonte: DEGER/ SPA/ MAPA; elaboração: DTE/ FAEP

*Economista da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP)

Trading

Orientação das cadeias alimentares

Marcos Fava Neves[1]
Matheus Alberto Cônsoli[2]
Leandro Angotti Guissoni[3]

MUDANÇAS IMPORTANTES ocorrem com as *trading companies* (TCo's) que atuam nas cadeias produtivas do agronegócio, em termos de posicionamento e orientação estratégica, com impacto sobre as demais organizações envolvidas no processo de distribuição de insumos e originação de grãos. Esse diagnóstico pode ser apurado após a realização de entrevistas com executivos das principais TCo's em operação no Brasil, além da consulta a alguns especialistas em agronegócio com foco na distribuição de insumos.

A proposta é classificar as TCo's em três segmentos: tradicionais; com movimentos a jusante; e orientadas para a produção e distribuição de insumos. Com isso, as empresas que atuam em negócios relacionados aos das TCo's poderão refletir sobre possíveis projetos a ser desenvolvidos. A necessidade de adaptação a um ambiente de transformação nas orientações das *tradings* apresenta pouco debate, justamente pela dificuldade na obtenção de informações e acesso às empresas.

As TCo's desenvolvem diversas funções no mercado do agronegócio, dentre as quais, estabelecer os processos de troca de insumos por grãos, isto é, encontrar os "vendedores" das diversas culturas conforme a produção agrícola e selecionar os "compradores". Diferentemente de *brokers*, que operam por meio do sistema de comissão, as TCo's compram e vendem produtos no referido mercado, sozinhas ou em parcerias.

Em movimento que denota a estratégia de integração vertical a montante, a maioria destas empresas também tem se envolvido no processamento ou na fase industrial. Elas também desempenham um importante papel em termos logísticos e de financiamento no agronegócio, sendo este último fundamental em alguns mercados. Em geral, as TCo's possuem acesso a capital, operam em grande escala, contam com frota própria de embarcações em terminais portuários, montam equipe de vendas especializadas, dentre outros recursos, que as tornam relevantes nesses mercados.



SXC.HU

Na cadeia de alimentos, desde fornecedores de produtos agrícolas até o consumidor final, as TCo's operam de maneiras diversas. Algumas são mais focadas na parte inicial da cadeia, enquanto outras possuem movimentos a jusante, com orientação às marcas para consumo final. Há diversos fatos impactantes no negócio das TCo's, pois, com os novos entrantes que operam no negócio de alimentos, há uma crescente competição em *commodities*, principalmente para a originação de grãos. Nesse sentido, algumas empresas precisaram expandir suas operações ao longo da cadeia de valor e outras têm reforçado as suas posições como *trading companies* e/ou como fornecedoras de insumos.

Para os fatos que acontecem no ambiente global das TCo's e influenciam a estratégia das empresas, podemos alinhar algumas consolidações:

- Devido ao aumento no consumo de alimentos, a troca de produtos relacionados à sua cadeia tem crescimento acelerado em todas as partes do mundo;
- Há um desafio de médio prazo quanto à insuficiência em termos de originação de grãos e outras *commodities*;
- Vários movimentos denotam a concentração nos negócios das TCo's por meio de fusões e aquisições;
- Aumento nos custos de transporte e pressão de diversos agentes com relação aos recursos logísticos;
- Acelerada taxa de internacionalização das TCo's, como operações globais para que os seus negócios cresçam de maneira a também se ter proveito dos diferentes ciclos de produção nos diversos países,

A partir da análise dos fatos e dos impactos relacionados às TCo's, agrupamos em nossa análise três diferentes segmentos de TCo's, com diferentes orientações estratégicas:

***Tradings* tradicionais**	***Tradings* com movimentos a jusante**	**Empresas orientadas para a produção e distribuição de insumos**
– Foco na originação de grãos e operações logísticas; – Dispostas a colaborar em termos de troca de informações, por exemplo; – Tendem a estabelecer parcerias com outras empresas ao longo da cadeia em termos de logística e assistência; – Estabelecem relacionamentos não exclusivos com outras empresas de insumos agrícolas; – Oportunidades para capturar valor a partir de distribuidores de insumos; – Empresas mais interessadas em modelos de parceria para investir em distribuição de insumos.	– Aumento da orientação para oferecer marcas de alimentos para consumo; – Empresas que possuem capacidades logísticas estabelecidas; – Precisam originar grãos para operações globais; – Tendem a estabelecer parcerias com outras empresas na cadeia; – Buscam um relacionamento não exclusivo com empresas de insumos agrícolas.	– Empresas de outros segmentos de negócios passam a integrar ou diversificar para operações de *trading* (Ex.: grandes produtores, distribuidores de insumos etc.); – Não há acesso completo à logística, e as TCo's neste segmento precisarão estabelecer parcerias ou realizar investimentos; – Precisam desenvolver novas competências de negócios; – Aquelas que são produtoras, geralmente, utilizam arrendamento e baixos investimentos em ativos (terras).

melhor utilizando os seus recursos logísticos e de gestão;

• Novos entrantes no mercado tradicional das TCo's, como grupos de compras e de vendas, cooperativas, consórcios de cooperativas, distribuidores de insumos agrícolas e outras agroindústrias;

• Acesso mais facilitado à informação, afinal uma das maiores vantagens competitivas das TCo's tem se tornado disponível por meio da *web* e de outras fontes;

• Ao mesmo tempo, há um aumento na complexidade dos mercados em termos de regulamentações governamentais, como impostos para importação e exportação;

• Alguns governos começam a transferir a infraestrutura logística para o setor privado, gerando desafios e oportunidades para as TCo's;

• Consumidores passam a demandar rastreabilidade, segurança e certificações, gerando obstáculos para o negócio tradicional das TCo's;

• Aumento da pressão de organizações não governamentais (ONGs) para as operações das TCo's.

Considerando essa investigação inicial, a próxima questão é sobre os possíveis impactos no negócio das TCo's. A seguir, está apresentada a consolidação dos potenciais impactos avaliados pela Markestrat:

• O negócio principal das TCo's permanece a originação de grãos; mas, para aumentar a sua capacidade em termos de originação, elas passam a oferecer aos produtores uma solução completa em termos de produtos, como sementes, fertilizantes e proteção de cultivos, além de alguns serviços;

• Serviços financeiros tornam-se uma importante vantagem competitiva nos mercados com escassez ou dificuldades de obtenção de crédito;

• Algumas TCo's passam a atuar e aumentar as suas operações como fornecedoras de insumos agrícolas com vistas a oferecer uma solução completa aos produtores;

• Com essa estratégia, elas passarão a representar um novo canal de *marketing* para empresas produtoras de insumos (defensivos e sementes, por exemplo), o que também poderá ocasionar alguns conflitos de canal;

• Algumas TCo's passam a focar em produtos de consumo e alimentos para consumidores finais;

• Busca de novos investimentos por parte das TCo's em termos de terminais portuários e infraestrutura logística;

• A busca pela integração de operações entre cooperativas, produtores e empresas de fertilizantes passa a ser do interesse de algumas TCo's como uma estratégia de *lock-in* para originação de grãos;

• TCo's passam a estar mais orientadas à demanda e a desenvolver com maior intensidade as atividades de *marketing*;

• A integração das TCo's e dos grandes produtores, bem como das cooperativas, pode estimular o desenvolvimento de insumos genéricos para proteção de cultivos e estratégias de marcas próprias.

Dessa forma, as análises propostas contribuem para as empresas que atuam junto às TCo's refletirem sobre as possíveis ações ou atos que poderão desenvolver para se manter competitivas. O ambiente é de mudanças nas cadeias alimentares, muitas das quais impulsionadas pelas novas orientações das TCo's. Para isso, propomos as seguintes questões sobre o tema: O que uma empresa que lida com TCo's deve fazer? Que estratégias poderiam ser interessantes? Quais projetos poderiam ser feitos por essas empresas para se adaptar a esse ambiente em mudança? ■

1 Professor titular da FEA-RP/USP e coordenador científico da Markestrat
2 Doutor em Engenharia de produção pela EESC-USP e coordenador de Projetos da Markestrat
3 Doutor em Administração pela FEA-RP/USP e coordenador de Projetos da Markestrat



Neste ano especial para a entidade, que comemora seu 10º aniversário, a Abisolo promove o V Fórum, com o tema "Modernidade, Gestão e Tecnologia em Nutrição Vegetal", a ser realizado nos dias 21, 22 e 23 deste mês, em Ribeirão Preto, no estado de São Paulo. Simultaneamente, acontece a primeira edição da Fertishow (feira da indústria de nutrição vegetal). Participarão destes eventos empresários, consultores, distribuidores de insumos, fabricantes de matérias-primas, embalagens e equipamentos, pesquisadores acadêmicos e engenheiros de Ciências Agrárias.

Plantar e colher

Clorialdo Roberto Levrero*



A Abisolo foi criada em 2003. O seu desafio é agregar, organizar, regulamentar e transformar a área de fertilizantes orgânicos, organominerais, foliares, condicionadores e substratos. Apesar de sua curta existência, a entidade consolidou-se na representação de um segmento da maior importância para o agronegócio brasileiro: as indústrias de nutrição vegetal, com aproximadamente sessenta e cinco associadas espalhadas pelo País.

Neste período, muitos obstáculos foram superados. Com profissionalismo e amadurecimento, o reconhecimento veio das instituições de ensino e pesquisa, órgãos governamentais e privados, associações nacionais e internacionais, dentre outras. O resultado desse esforço cresce com o manejo da fertilidade do solo com produtos especiais. Existe enorme potencial não apenas nas lavouras de grande escala, mas também nas pequenas.

O conceito de associativismo está relacionado à adoção de métodos de trabalho estimuladores da conquista e da ajuda mútua. Nesse sentido, buscamos, para a Abisolo, o fortalecimento do seu capital humano e a sua maior capacidade para atender as aspirações legítimas do setor que representa. Para estreitar o relacionamento e tornar os associados mais participativos, montamos uma agenda de visitas e encontros com as empresas.

Com uma sede própria na Avenida Paulista, em São Paulo, desde 2011, conseguimos atender melhor as demandas dos associados e estruturar os projetos de interesse aos nossos negócios. Aumentamos também o número de colaboradores e instalamos um *software* de gestão para melhor gerenciamento dos recursos e disponibilização de informações financeiras para a diretoria e associados. Visamos sempre a eficiência e a transparência nos processos administrativos.

Olhamos com carinho a questão da inteligência de mercado, cuja implicação é direta em relação à valorização das nossas empresas mantenedouras. Fizemos diversas e longas reuniões para produzir uma planilha de perguntas, que foi enviada para preenchimento voluntário das associadas. Estamos, agora, em fase de formatação e interpretação. Com isso, contaremos com informações mais estruturadas para entender o negócio de fertilizantes especiais e melhorar o trabalho de comunicação da entidade.

*Presidente da Abisolo

Papel da comunicação

Leonardo Regis Pereira*



Apesar da propalada vocação agropecuária nacional e de participar de quase um quarto do PIB nacional, o agronegócio ainda é desconhecido pela maioria dos comunicadores do País. Os seus porta-vozes principais são os profissionais das Ciências Agrárias públicas e privadas, a partir do pacote tecnológico americano, exportado para o Brasil nos anos 60, conhecido como Revolução Verde. O objetivo era formar hábitos de consumo no produtor rural, para estabelecer um mercado de insumos e máquinas, na época em plena difusão nos países do primeiro mundo, sob um discurso oficial de ajuda internacional, apoio profissional e repasse técnico.

Mas, os meios de comunicação apresentaram proeminente progresso nos últimos tempos. Grandes mídias eletrônicas foram criadas e os jornais e revistas impressas, reformulados. Com grande mudança na relação entre as pessoas e as organizações, mobilizações populares tomam as ruas e se organizam quase que instantaneamente. Nesse contexto, as empresas inseridas no mundo rural terão de se adaptar a essa nova realidade.

A dificuldade de capilaridade, em razão da distância do agricultor em relação aos grandes centros, onde se concentra a distribuição diária de jornais, revistas e outros meios impressos – que serviam de informação para o agricultor –, não poderá ser o argumento de impedimento de uma comunicação rápida e ágil. As novas tecnologias inseridas (internet e aplicativos) e as ferramentas eletrônicas (*tablet*, *smartphones* e *laptops*) proporcionaram uma integração de informação *on-time* entre o campo e a cidade.

A resposta das empresas do agronegócio está em disponibilizar pessoas especialistas no setor de Comunicação digital para difundir suas tecnologias. Sendo assim, a cada dia, cresce a integração entre as áreas de Comunicação digital e corporativa na execução das estratégicas empresariais. Isso facilitará a chegada mais rápida das mensagens de diferentes conteúdos para os consumidores.

*Diretor de Relações Institucionais e Comunicação Social da Abisolo



Biolchim
Concimi Speciali
O VALOR DA EXPERIÊNCIA,
A FORÇA DA INOVAÇÃO

Fertilizantes de Última Geração
para uma Agricultura Preocupada
com as Próximas Gerações

BIOLCHIM DO BRASIL
IMP. E COM. LTDA.
Av. Iraí, 79 - cjs.51/55 - Torre A
Moema - São Paulo - SP
Brasil - CEP: 04082-000
Tel/Fax: 55-11-2589-9335
biolchim@biolchim.com.br
www.biolchim.com.br

Força de uma associação

Gilberto Pozzan*



A tecnologia aplicada na agricultura em prol do aumento da produtividade passa obrigatoriamente pela nutrição de plantas. Os insumos considerados modernos e sustentáveis não causam impacto ao meio ambiente e trazem resultados econômicos quando utilizados. É nesse cenário que os fertilizantes especiais, fluidos ou foliares se destacam. Passamos de vilão para herói, com as empresas preocupadas, antes de tudo, com as recomendações agronômicas geradoras de relação custo-benefício aos usuários.

As empresas reservam, em seus orçamentos anuais, altos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, empenhadas que estão em comprovar os resultados de suas tecnologias, para atingir 20% de incremento de produtividade com baixo impacto no custo de produção – na ordem de 2% a 5%. Nos últimos cinco anos, o mercado de nutrição de plantas praticamente dobrou, e essa tendência mantém-se para os próximos cinco anos. O aumento das áreas de plantio, a necessidade de verticalização da produção e a profissionalização empresarial explicam essa evolução.

Com representatividade de aproximadamente 70% do faturamento do setor, a Abisolo defende as suas causas. Participamos ativamente dos marcos regulatórios dos fertilizantes, com a revisão do novo decreto e das instruções normativas em reavaliação. No MAPA, somos atendidos em quase todas as demandas em função do embasamento técnico de nossas reivindicações. No programa Interlaboratorial, com a participação de vinte e três empresas, tivemos melhoria significativa nos índices de proficiência dos participantes nos últimos quatro anos. Geramos massa para rever e aprimorar alguns conceitos da legislação atual.

Por meio de nossos associados, representamos as inovações tecnológicas para os fertilizantes especiais presentes no mercado. Falamos de aminoácidos, extratos vegetais, ácidos húmicos, fúlvicos, biofertilizantes, dentre outros. Queremos liderar discussões sobre outras inovações, como bioindutores, bioativadores e biocontroladores, com envolvimento da comunidade científica, das empresas e dos órgãos regulatórios. Promoveremos debates, seminários e fóruns específicos. Convidamos as empresas que não estão associadas à Abisolo que venham participar desta entidade. Temos muitos desafios a cumprir e, se estivermos juntos, seremos muito mais fortes.

*Diretor técnico de Fertilizantes foliares e Micronutrientes da Abisolo

Atender a demanda

Gustavo Branco*



A agricultura mundial precisa aumentar a produção de alimentos de forma sustentável nos três principais pilares, econômico, social e ambiental. Nesse cenário, a produção de fertilizantes toma um papel de destaque. No caso dos fertilizantes organominerais, como a sua característica é a de oferecer nutrição aliada às condições ambientalmente favoráveis, a demanda tem crescido substancialmente.

Para apresentar condições factíveis de produção em larga escala, de maneira direta, as empresas necessitam de investimentos em tecnologias inovadoras. Cresce, portanto, a dependência de parcerias entre a iniciativa privada, a comunidade científica e as associações de classe, no sentido de capacitar as empresas e seus profissionais. O setor ainda não dá sinais de atender a possível demanda.

A Abisolo tomou algumas iniciativas para mapear e dimensionar o setor, com o estabelecimento de parâmetros para avaliação e dimensionamento das perspectivas, com foco na organização estratégica e atratividade a investimentos. Dessa forma, por meio de uma parceria estabelecida no começo de 2013, o MAPA disponibilizará informações sobre os produtos da cadeia de fertilizantes especiais, com dados capazes de dimensionar o tamanho do setor de maneira confiável. Estima-se que, já no final deste ano, tenhamos condições de divulgar os primeiros números oficiais, em padrões muito parecidos com os divulgados pelas entidades coirmãs.

Por outro lado, as questões regulatórias dependem de participação efetiva da iniciativa privada e das associações de classe. Nesse sentido, a Abisolo cumpre a sua parte nas definições de parâmetros analíticos importantes à garantia da oferta de produtos de qualidade e eficiência necessárias à excelência esperada. As perspectivas são promissoras, especialmente no momento atual da agricultura brasileira no cenário internacional. Ainda necessitamos de iniciativas governamentais, com maiores investimentos em infraestrutura e logística, assim como na pesquisa e desenvolvimento. De qualquer maneira, apesar das incertezas atuais, existem muito mais pontos favoráveis, mantendo nosso otimismo elevado.

*Diretor de Organominerais da Abisolo

AGROCETE®
Melhor Indústria de Fertilizantes Especiais.
Agora também a Melhor Indústria de Inoculantes.











GRAP NOD
AGROCETE Semeando o futuro
ISO 9001

Agrocete Indústria de Fertilizantes Ltda.
Anna Scremin, 800 – Distrito Industrial • Cx. Postal: 2321 • 84043-465 • Ponta Grossa • PR • Brasil • Telefax: 55 (42) 3228 1229 • www.agrocete.com.br

Lançamento na Agrária é inspirado no agricultor: só lança no solo quando funciona de verdade.

Sempre próxima do agricultor, a Agrária aperfeiçoa o que já é bom, para oferecer exatamente o que você precisa. A tecnologia do **Farture**, de agregar matéria orgânica humificada, macro e micronutrientes num único grão de fertilizante, é agora aplicada a problemas específicos, resultando em dois lançamentos:

AGRÁRIA >
LANÇAMENTOS

FARTURE POTÁSSIO 30

> *Reduz a lixiviação do Potássio, garantindo suprimento adequado em todo o ciclo da cultura.*

FARTURE BORO 7

> *Promove maior crescimento radicular, estimula o pegamento da florada e aumenta a qualidade de frutos e grãos.*



Fotos meramente ilustrativas.

35 anos

www.agraria.ind.br | 16 3690 2200

Agrária
FERTILIZANTES

A MARCA DA TERRA.



Definição da Diretoria

Kátia Goldschmidt Beltrame*

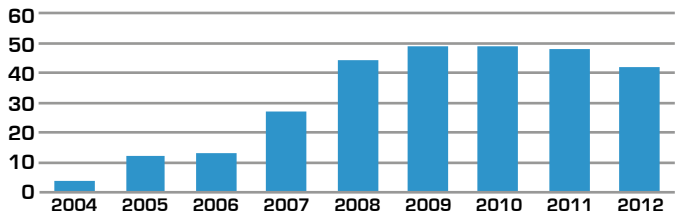


A Diretoria de Fertilizantes Orgânicos da Abisolo tem atuado para promover uma melhor integração setorial, descobrir e discutir os gargalos que afetam nosso processo produtivo, bem como as soluções viáveis para melhorias desses segmentos. O Brasil não dispõe de dados estatísticos para a quantificação numérica da capacidade de processamento das empresas produtoras de fertilizantes orgânicos no País.

Embora o setor represente um insumo importante para a produção agrícola brasileira, há falta desse levantamento. Fica a impressão de que os resíduos gerados tenham como único destino e propósito oficial a geração de energia. Com a ausência de políticas definidas destinadas à transformação de resíduos orgânicos em fertilizantes orgânicos, a atividade cresce sem o amparo de incentivos oficiais. Desde a publicação do Decreto nº 4954, em 14 de janeiro de 2004, até 2012, as empresas produtoras de insumos orgânicos registradas no Brasil totalizaram 291 unidades.

Extremamente carente de profissionalização, a produção de fertilizantes orgânicos no Brasil ainda é vista como uma atividade artesanal. Apesar do crescimento vertiginoso da atividade, falta a adoção de uma política que reconheça a sua importância. A ausência de uma regulamentação, seja a nível estadual, seja a nível federal, cria especulações. Infelizmente, isso abre brechas para a propagação de ideias equivocadas, que denigrem a imagem do processo em si e colocam em dúvida a qualidade dos produtos.

Brasil: Empresas produtoras de fertilizantes orgânicos



Fonte: MAPA

É uma perda grande para o Brasil deixar de fomentar uma indústria latente e agregadora de benefícios ambientais, econômicos e sociais para a população. Apesar de sua importância, a matéria orgânica para a agricultura nacional e os fertilizantes orgânicos são sistematicamente desprezados, enquanto deveriam ser parte obrigatória da adubação de qualquer cultura no País. Suas propriedades enriquecem e favorecem a estruturação dos solos. Sem tecnologia para uma produção moderna, as práticas correntes são, meramente, cópias da existente nas décadas passadas nos Estados Unidos e na Europa. Não existem equipamentos adequados para revolvimento de grandes leiras e, tampouco, misturadores, peneiras, equipamentos de medição para a fabricação em larga escala.

*Diretora de Fertilizantes orgânicos da Abisolo

A Arysta LifeScience apresenta:

rentabilidade

Um novo conceito para o máximo desempenho.



Proteção + Nutrição para Você Ganhar Mais.

A Arysta LifeScience criou um conceito inovador que integra as soluções já consagradas de PROTEÇÃO com os lançamentos de NUTRIÇÃO para o máximo desempenho da sua cultura. Conheça toda essa inovação e tenha o **Pronutiva+**.

É mais proteção e nutrição para sua lavoura. É mais benefícios e tecnologia para o seu negócio.

+Proteção

Akito · Applaud · ARTYS · ATABRON · DINAMIC · Kasumin · ORTHENE · Select · TRICLON

+Nutrição

BIOZYME TF · K-tionic · K-fol · Raizal · Foltron Plus

Arysta LifeScience

www.arystalifescience.com.br



5º Fórum Abisolo e a 1ª Fertishow

As análises e projeções do setor de fertilizantes especiais no Brasil, segundo dados da BBAgro Global, são de que, para este ano, são estimados 10% do total de fertilizantes consumidos no País, o que equivale ao faturamento de R$ 3 bilhões. A projeção para esse mercado é de crescimento de 95% até 2022, sendo que 40% virão do aumento da dose de fertilizantes especiais e 60%, por aumento do grau de adoção.

Esses dados foram divulgados durante coletiva de imprensa, em 19 de julho, em São Paulo, pelos promotores do V Fórum Abisolo, que trará como eixo temático "Modernidade, Gestão e Tecnologia em Nutrição Vegetal", e da 1ª Fertishow (Exposição Nacional e Internacional de Fertilizantes Especiais). Estiveram presentes o presidente da Abisolo, Clorialdo Roberto Levrero, o secretário executivo, José A. Nunes da Silva, e o conselheiro técnico da Abisolo e diretor da BBAgro Global, o engenheiro agrônomo Franco Borsari, que, além de apresentar o conteúdo do Fórum, deram números e estimativas do setor.

Os números apresentados mostram a importância dos dois eventos, que acontecerão no período de 21 a 23 de agosto, em Ribeirão Preto-SP, no Centro de Convenções Pereira Alvim, com o objetivo de envolver os mais importantes elos da cadeia de produção de fertilizantes especiais e discutir o efeito dos nutrientes no incremento da produtividade agrícola brasileira. Contam com a organização da Abisolo (Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal) e com o apoio da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e de diversas outras entidades do agronegócio.

Segundo o presidente da Abisolo, a expectativa é de uma participação 70% acima da edição anterior e de configurar a Fertishow no maior evento da indústria de tecnologia em nutrição vegetal da América Latina, com a participação de cinquenta empresas, que irão apresentar inovações tecnológicas do setor de nutrição vegetal.

O evento deverá reunir empresários, distribuidores de insumos, fabricantes de matérias-primas, embalagens e equipamentos industriais, gestores públicos, cooperativas, consultores, companhias agrícolas, professores, pesquisadores, estudantes de Ciências Agrárias e outros profissionais interessados em conhecer o setor. ■

5º Fórum Abisolo e 1ª Fertishow

Data: 21/08 a 23/08/2013.

Horário: das 9h às 19h.

Local: Centro de Eventos Pereira Alvim, Av. Maurílio Biagi, nº 1800, Ribeirão Preto – São Paulo.

Valores das inscrições para o Fórum:

Associados	**R$ 350,00**
Não associados	**R$ 455,00**
Estudantes	**R$ 245,00**

Local das inscrições: www.forumabisolo.com.br

A Fertishow terá sua entrada gratuita. Cadastro antecipado no site: www.fertishow.com.br

Modernidade, Gestão e Tecnologia em Nutrição Vegetal

V FÓRUM ABISOLO

O maior evento da Indústria de Tecnologia em Nutrição Vegetal da América Latina

21, 22 e 23 de agosto de 2013

Ribeirão Preto, SP
Centro de Eventos
Pereira Alvim

FERTI SHOW
Feira de Tecnologia em Nutrição



Patrocínio

Realização

Organização

Inscrições
www.forumabisolo.com.br/inscricoes

Informações
Tel 11.3251.4559/ forum@abisolo.com.br

Diretoria

Presidente- Clorialdo Roberto Levrero
Vice Presidente- Guilherme Romanini
Diretor Administrativo Financeiro- Alexandre D'Angelo
Diretor de Relações Institucionais e Comunicação Social- Leonardo Pereira
Diretor de Meio Ambiente- Gean Matias
Diretores Técnicos:
Fertilizantes Foliares e Micronutrientes- Gilberto Pozzan
Fertilizantes Orgânicos- Kátia Goldschimidt Beltrame
Fertilizantes Organominerais- Gustavo Branco
Fertilizantes de Solo e Condicionadores- Leonardo de Castro Sodré

Conselho Consultivo e Fiscal

Antônio Ricardo Figueiredo
José Roberto Pereira de Castro
Lucien de Paula Corrêa

Equipe Executiva

Secretário Executivo- José Alberto Nunes da Silva
Assistente de Comunicação - Felipe Gonçalves
Assistente Administrativo- Keity Souza
Assistente da Secretaria - Natália Barbosa

abisolo
Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal

Av. Paulista,2073- Horsa I
São Paulo/SP- CEP: 01311-940
Telefone: (11) 3251 4559
abisolo@abisolo.com.br

3º Congresso Brasileiro de Fertilizantes

NUTRIENTES PARA A VIDA



26 de agosto de 2013

Renaissance São Paulo Hotel

Informações e Inscrições:
www.anda.org.br

ANDA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DE ADUBOS



Um prêmio para o nosso País!

AO LONGO desses dezesseis anos de Prêmio Andef, muita coisa mudou: do nome aos participantes, pois a mudança faz parte do desenvolvimento que vemos com orgulho nesta premiação, que tem reunido o melhor do agronegócio brasileiro.

Durante a 16ª Edição do Prêmio Andef, que aconteceu no dia 24 de junho, no Esporte Clube Sírio, na cidade de São Paulo, sob o comando da jornalista Rosana Jatobá e do ator e modelo Carlos Casagrande, tivemos mais de 420 pessoas assistindo de perto às bodas de safira. Assim, reconhecemos os melhores profissionais do agro nacional: revendas e distribuidores, cooperativas, jornalistas e universidades, além das homenagens aos profissionais e associadas da Andef, aos produtores rurais e personalidades do agronegócio.

Temas atuais ligados ao meio ambiente, segurança alimentar, boas práticas agrícolas, responsabilidade ambiental e social foram abordados e debatidos nos projetos inscritos.

Mas, a nossa agricultura mudou, o nosso país mudou! A noite de gala do Prêmio Andef aconteceu em um momento histórico do Brasil, em que manifestações populares clamavam publicamente por um país melhor, mais justo e preparado para crescer; sem corrupção e fraude. O povo quer uma reforma, e nela precisamos incluir a nossa agricultura.

O agronegócio brasileiro tem sido fundamental para o desenvolvimento do Brasil: ganhos na produtividade e grande avanço tecnológico. E são estes resultados que encorajam a nossa premiação a seguir em frente. Queremos reconhecer e trabalhar com esses profissionais que cooperam para a expansão do agro brasileiro, do agro mundial.

Seremos os responsáveis pela alimentação de pessoas de todo o mundo, e, mais uma vez, será um marco na nossa história. E toda história escreve-se com muita luta, trabalho e esforço, o que inclui incentivos para produzir mais, acesso a tecnologia e a educação de qualidade.

A Andef, por meio de sua área de educação, tem se mostrado apoiadora e participante da história do nosso País. Trabalhos voltados para a capacitação no campo ganharam destaque na imprensa, como o Programa Agro +: Por uma agricultura mais sustentável, em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pelo segundo ano consecutivo, estamos com o MBA em Fitossanidade, parceria com o Instituto Agronômico de Campinas (IAC). Outro destaque recém-lançado foi o programa de Certificação Aeroagrícola Sustentável (CAS), em parceria com pesquisadores ligados à Faculdade de Ciências Agronômicas (FCA) da UNESP, Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e ao Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG).

Essa é a nossa história, o nosso momento! Que o campo esteja presente em nosso dia a dia. Avante Brasil, o melhor está por vir!

*Andef – Associação Nacional de Defesa Vegetal

Oscar da agricultura

Cada vez mais disputado!

Carinhosamente chamado de Oscar do setor, o Prêmio Andef está cada vez mais disputado. Neste ano, o número de participantes dobrou, e, com isso, as pessoas beneficiadas pelos projetos desenvolvidos chegaram a 6,1 milhões de pessoas.

E não foram só os números que cresceram: a criatividade, a consistência e a inovação dos projetos também foram destaque nesta edição. "A cada ano, recebemos projetos mais estruturados e pioneiros. Nosso objetivo é motivar os formadores do nosso setor a criarem cada vez mais ações estratégicas para o desenvolvimento do agro no Brasil", declara José Annes Marinho, gerente de educação da Andef (Associação Nacional de Defesa Vegetal).

Categorias	Participações em 2013
Revendas	11
Cooperativismo	14
Jornalismo (TV, Jornal e Revista)	106
Jornalismo Cooperativismo	21
Universidades	19
Associadas	9
Homenagem a Produtor Rural	1
Homenagem a Personalidade do Agronegócio	1

Confira os vencedores da 16ª Edição do Prêmio Andef – categorias Revendas e Distribuidores e Cooperativimo:

Revendas e Distribuidores

Boas Práticas Agrícolas

Defagro/ES: Plantando Sustentabilidade

Responsabilidade Ambiental

AgroAmazônia/MT: Mutirão Ambiental no Educa Mais

Responsabilidade Social

Alvorada/MT: Ações para o Bem

Cooperativismo

Boas Práticas Agrícolas

Coplacana/SP: Inovar para ganhar

Responsabilidade Ambiental

Comigo/GO: Prêmio Gestão Ambiental

Responsabilidade Social

Cooxupé/MG: Aprendendo Legal







Andef e parceiros

Por uma agricultura mais sustentável

Além dos premiados, a noite do dia 24 de junho foi repleta de homenagens aos nossos parceiros ABRACOM, ANDAV, ENACTUS, FEALQ, INPEV e OCB que muito engrandecem esta grande iniciativa. "Queremos unir e incentivar os líderes do setor agro em busca de uma agricultura mais sustentável para as futuras gerações", diz José Annes Marinho, gerente de educação da Andef.

Associadas e Profissionais

Foram homenageadas as seguintes associadas da Andef: Arysta, BASF, Bayer, Dow, DuPont, FMC, Ihara, Monsanto e Syngenta; além dos profissionais: Adriano Jurach, da BASF; Bruno Pereira Calili, da DuPont; Clodoaldo Dutra Flaitt, da Arysta LifeScience; Joernilson Alves de Macedo, da Monsanto; José Lourenço de Freitas, da Bayer CropScience; Marcelo Gonçalves, da Syngenta; Paula Miguel Siqueira Viana, da Dow AgroSciences; e Vergilio Antonio Pereira Sobrinho, da FMC.

Produtor Rural

Pela primeira vez, a Andef também homenageou o homem do campo – em reconhecimento aos "profissionais que plantam para depois colherem, cultivam cuidando do chão, pois no campo é o nosso futuro, que da nossa terra nascerá o pão" (Jingle Andef 2012). O felizardo da noite foi Eduardo Sekita de Oliveira, da Sekita Agronegócios.

Personalidade do Agronegócio

Também pela primeira vez, o Prêmio Andef elegeu a Personalidade do Agronegócio 2013: o vice-presidente do Brasil, Michel Temer, que foi representado por Eduardo Daher, diretor executivo da Andef, a quem enviou uma carta de agradecimento. "O trabalho de primeira linha no campo tem reflexos impressionantes na balança comercial de nosso País e na estabilização dos preços internos. E isso é apenas uma fração do que representa esse setor pujante

Confira os vencedores:

Júnior

Esalq-USP/SP (Escola Superior de Agricutura "Luiz de Queiroz")

Projeto: Aprendendo a empreender

Sênior

CESUPA/PA (Centro Universitário do Estado do Pará)

Projeto: Esse rio coopera





Também estiveram presentes no evento personalidades e lideranças do agronegócio brasileiro, como **Maurício Lopes**, presidente da Embrapa; **Sérgio Augusto Carbonell**, diretor-geral do IAC; **Alan Bojanic**, representante da FAO no Brasil; **Luiz Carlos Corrêa Carvalho**, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG); **Cesário Ramalho**, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB); **Mônika Bergamaschi**, secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo; **Sérgio Souza**, senador do PMDB-PR; **Moreira Mendes**, deputado federal do PSD-RO; **Guilherme Campos**, deputado federal do PSD-SP; e **Freire Júnior**, deputado estadual do PSDB-TO. Além disso, compareceram representantes dos três órgãos que regulam o uso e comercialização dos defensivos agrícolas no Brasil: **Márcio Rosa Rodrigues de Freitas**, do Ibama (Ministério do Meio Ambiente); **Francisco Sérgio Jardim**, do Ministério da Agricultura; e **Jaime César de Moura Oliveira**, diretor da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).



para a economia nacional, com seus profundos impactos na nossa sociedade e nas finanças governamentais, fortalecidas com impostos recolhidos dessa riqueza fundamental para o Brasil. Agradeço a escolha de meu nome para ser homenageado no Prêmio Brasil Agro-Sustentável 2013, Personalidade do Agronegócio…".

Campo Limpo

Ao todo, 112 centrais apresentaram ações relevantes para o produtor rural em relação ao destino das embalagens de defensivos agrícolas. As centrais que se destacaram, em 2013, foram: Central de Goianésia-GO, Central de Manhuaçu-MG e Central de Araranguá-SC.

Jovens puxam o agronegócio

A palavra deste prêmio foi "inovar": e não só por parte dos participantes, mas da própria Andef, que ousou e recrutou os jovens para participarem do futuro do agronegócio. Em parceria com a Enactus Brasil, foram eleitos dezenove projetos de norte a sul do Brasil. "Ficamos impressionados com a qualidade dos materiais. Os alunos foram observadores e identificaram ações muito boas, mas que precisam de melhorias. Este é o espírito do prêmio: encontrar novos talentos engajados em desenvolver e enriquecer ainda mais nosso setor e o nosso País", destaca José Annes Marinho.





Informação que brilha

Propaganda é a alma do negócio. Já ouviu isso? Podemos dizer também que comunicação é a alma do negócio, se partirmos do ponto de que a propaganda é uma forma de comunicação. E é graças a essa comunicação que o campo está cada vez mais na cidade, enquanto a cidade está cada vez mais no campo. Os profissionais reúnem-se e se completam para abrir novos caminhos na agricultura. Entre estes profissionais, estão os jornalistas: de todos os cantos do Brasil, seja por meio de matérias de televisão ou impressas, eles comunicam ao mundo o que o próprio mundo faz.

E, pelo segundo ano consecutivo, o Prêmio Andef reconheceu e enalteceu tais profissionais. A disputa foi acirrada: foram quatro subcategorias dentro da categoria Imprensa: Jornais, Revistas, TV e Ações de Comunicações em Cooperativas. Ao todo, participaram 87 jornalistas, com 127 reportagens, sendo que 28 foram para a final.

A comissão julgadora foi composta pelos seguintes membros: Jeffrey Abrahams, da Abrahams Executive Search; Maurício Mendes, da ABMR&A; Maria Helena Calado, do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV); Coriolano Xavier, do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS); José Otavio Menten, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" – USP; Márcio Martinelli, da BlueBox Comunicação; Alex Mattiuzzo, da Alfapress Comunicações; e Kleber Martins de Paulo, da Enactus Brasil. ■

Confira os vencedores:

TV
Ricardo Mignone, Terraviva
Matéria: "Defensivos na Agricultura"

Jornais
Antônio Temóteo, Correio Braziliense
Matéria: "Celeiro do Mundo"

Revistas
Viviane Taguchi, Globo Rural
Matéria: "As 20 lições do agronegócio para a Rio+20"

Cooperativas
Leila Mertins, Jornal Cotrijal
Matéria: "Sucessão Rural"









Depoimentos

"Foi uma honra e uma emoção muito grande ser agraciado com esta premiação. A emoção foi ainda maior tendo em vista a qualidade das produções concorrentes. Confesso que o texto foi surgindo em minha mente letra por letra, linha por linha, até o início das gravações. Este prêmio valoriza a minha carreira e da equipe que participou do projeto, bem como todo o Canal Terraviva e a Rede Bandeirantes", **Ricardo Mignone**, TV Terraviva

"Foi muito bacana saber que estávamos entre os finalistas de um prêmio tão importante. A expectativa é que as instituições, como a Andef e outras, continuem valorizando o trabalho da imprensa no que diz respeito à divulgação da sustentabilidade no agro. É preciso que o setor, inclusive a imprensa setorizada, saiba mostrar à sociedade como produzimos, sim, de forma responsável. E que todo o resto do planeta também saiba disso, porque, nesse quesito, apesar dos vários problemas que ainda temos, o Brasil desponta", **Viviane Taguchi**, Globo Rural

"É muito bom ter nosso trabalho reconhecido. Essa série de matérias me proporcionou viajar pelo Brasil e conhecer a força do agronegócio. É, com certeza, um reconhecimento pelo nosso trabalho diário de levarmos sempre a melhor informação para o nosso leitor", **Antônio Temóteo**, Correio Braziliense

"Em mais de trinta anos de dedicação ao jornalismo rural, tive a oportunidade de acompanhar e retratar em inúmeras reportagens a evolução tecnológica e a modernização da agricultura, que, hoje, projeta o Brasil entre os maiores produtores de alimentos do mundo, e vi o cooperativismo exercer um papel decisivo neste crescimento. O Prêmio Andef, com essa nova categoria, da qual tive a honra de ser a primeira vencedora, abre espaço para que um pouco dessas histórias possa ser contado e a comunicação seja compreendida como importante instrumento de decisão e melhorias no campo. Estão de parabéns as empresas promotoras deste evento, as cooperativas como a Cotrijal, que têm essa visão estratégica, e nós, jornalistas, pelo reconhecimento de nosso trabalho", **Leila Mertins**, Jornal Cotrijal

COOPERATIVAS SÃO MODELOS ECONÔMICOS DE SUCESSO

Mesmo diante de crises, as sociedades cooperativas conseguem assegurar sua produção, auxiliar seus cooperados, contribuindo também para a economia nacional; de norte a sul, as exportações se mantêm perenes e elevam a balança comercial do País.

As cooperativas se mantêm fortes em tempos de crise. Esse é o tema do 91º Dia Internacional do Cooperativismo, comemorado no dia 6 de julho. O tema foi escolhido pela Aliança Cooperativista Internacional e, especialmente no Brasil, refletiu a realidade de um novo modelo econômico de sucesso, que vem gerando emprego, renda e felicidade a mais de 33 milhões de brasileiros.

Para se ter ideia, estima-se que 48% de tudo que é produzido nacionalmente passam de alguma forma por uma cooperativa. A estimativa é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, também, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). O volume é tão significativo que 74% de todo o trigo do País vêm de cooperativas. Outros três grãos também são destaque: a soja (57%), o café (48%) e o milho (43%). As cooperativas também têm papel importante no setor lácteo, sendo fontes de 40% da produção nacional.

Os números são tão expressivos que, em 2012, a produção das cooperativas, somente no Paraná, cresceu 19,9%, aumentando o faturamento de R$ 32,1 bilhões (2011) para R$ 38 bilhões (2012). Em Santa Catarina, outro estado muito bem estruturado nessa área, a evolução foi de 16,6%.

"Avaliando o cenário brasileiro, constatamos que, no País, o crescimento do setor cooperativista foi maior, proporcionalmente, do que o registrado na economia de países em desenvolvimento. Espera-se que esse ritmo de crescimento seja mantido", considerou o coordenador do ramo agropecuário da OCB, Paulo César Dias.

Segundo ele, ainda no primeiro trimestre de 2013, as exportações das cooperativas tiveram seu melhor desempenho histórico para o período – US$ 1,4 bilhão. "A ideia é manter este resultado no segundo semestre do ano, mas é importante ficar atento às mudanças ocorridas no ambiente político nacional. Isso pode levar a incertezas", avalia Dias.

Cenário – As economias brasileira e mundial passam, novamente, por um período de incertezas, ainda com resquícios da crise de 2008, dos problemas enfrentados na Zona do Euro e da desaceleração do crescimento dos países emergentes. Entretanto, é característica das cooperativas a resiliência em tempos de crise, buscando sempre a estabilidade e a sustentação não somente financeira, mas também em sua dimensão social, voltando-se sempre aos seus associados.

Dessa forma, as cooperativas buscaram aproveitar oportunidades abertas, por exemplo, com a valorização de algumas *commodities* e das quebras de safras em outros países produtores para exportar mais, em especial grãos. Investiram, também, na agregação de valor, por meio da agroindustrialização, atuando no atacado ou varejo, especialmente no mercado interno, com marcas cada vez mais fortes.

Exportações – Sua participação na balança comercial do Brasil tem sido cada vez maior. Em 2012, por exemplo, elas contribuíram diretamente com um saldo positivo de US$ 5,7 bilhões. Os principais produtos exportados são parte dos complexos sucroenergético (açúcar e etanol), de soja (grãos e óleos), de carnes de frango e suína, além de café e algodão.

Nesse período, elas tiveram como principais parceiros comerciais os Estados Unidos, China, Emirados Árabes, Alemanha e Japão; entretanto, as cooperativas exportaram, no mesmo período, para 146 países diferentes, diretamente. Vale ressaltar também, como já mencionado, o importante papel do cooperativismo no abastecimento do mercado interno, seja na



produção de matérias-primas, seja na comercialização de produtos de maior valor agregado.

Boa relação – Para o coordenador do ramo agropecuário da OCB, o Governo vem trabalhando para atender as demandas do setor, por reconhecer a importância econômica e social do sistema cooperativista. "Era necessária uma celeridade ainda maior, mas, com certeza, existe boa vontade por parte do Governo na formulação de políticas públicas que contemplem as demandas do setor. Os programas Prodecoop, Procap-Agro, Pronaf Agroindústria[1] (custeio) e Pronaf Agroindústria (investimento), que, a cada ano, estão mais acessíveis e atrativos, são bons exemplos disso", frisou Dias.

Essa evolução crescente é fruto do relacionamento institucional junto, principalmente, aos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, que tem evoluído significativamente. Historicamente, o Sistema OCB, junto com suas unidades estaduais e cooperativas, contribui frequentemente com propostas e sugestões de políticas agrícolas visando melhorar as condições para atuação das sociedades cooperativas e, consequentemente, a renda do produtor cooperado.

Financiamentos – Mesmo reconhecendo que o Governo tem trabalhado para beneficiar o setor, quando se fala em financiamentos, o Sistema OCB faz a ressalva de que os recursos disponibilizados, em crescimento, não são suficientes. Apenas nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, por exemplo, seriam necessários mais de R$ 4 bilhões em recursos a ser direcionados para créditos operacionais e investimentos. Atualmente, todo o ramo agropecuário nacional conta com R$ 5 bilhões.

Juros – O mesmo ocorre com as taxas de juros. Há uma melhora significativa, mas que ainda não chegou ao ideal. Prova disso são as taxas oferecidas neste período de safra: a rubrica para giro passou de 9% para 6,5%, mas o cooperativismo pedia um percentual próximo a 5%.

Logística – Outro ponto que deve ser considerado e que tem sido discutido em todo o País – com reflexos para toda a agropecuária brasileira – são as questões de logística. O setor tem feito a sua parte, com o aumento da produtividade a partir, por exemplo, da adoção de novas tecnologias, tornando o produtor brasileiro um dos mais competitivos do mundo. Entretanto, muito desta competitividade está perdendo-se no que, hoje, é considerado um dos maiores desafios: os custos com a logística, incluindo armazenagem, transporte, carregamento e descarregamento. "Essa questão está sendo tratada com mais atenção pelos governantes, porém é necessário acelerar o processo para corrigir a falta de investimento acumulado durante anos. Somente assim, será possível crescer ainda mais", destaca o coordenador do ramo agropecuário da OCB. ■

Números

Contribuição das cooperativas do ramo agropecuário para a produção nacional

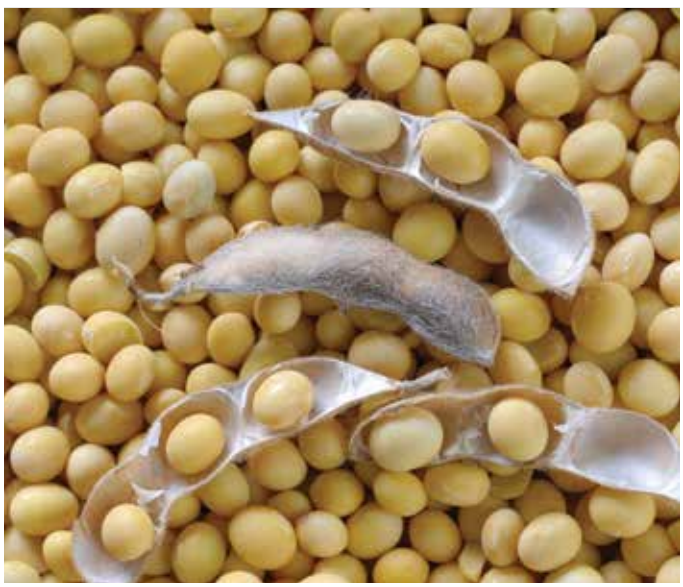
Item	Percentual
Trigo	74%
Soja	57%
Café	48%
Milho	43%
Leite	40%

Fonte: IBGE, 2006

Realidade do ramo agropecuário brasileiro

Nº de cooperativas	1.528
Nº de cooperados	966.558 (sendo que 76% das famílias são registradas no Sistema OCB e enquadradas como agricultura familiar)
Nº de empregos diretos	151.838

Ano-base: 2012



ISTOCK

1- Prodecoop – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária; Procap-Agro – Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias; Pronaf Agroindústria – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Diário de bordo

Nada de "passa-moleque"...



Roberto Rodrigues*

O CENTRO Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) é uma organização independente e sem fins lucrativos, fundada em 1996 e localizada em Genebra, Suíça. É credenciada pela ONU e tem *status* consultivo no ECOSOC (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas) e de observador na UNCTAD, na UNIDO, na CODEX Alimentarius, no IPCC e na OMS. Desde sua criação, o Centro tem autorização para participar de todas as conferências ministeriais da Organização Mundial do Comércio.

Este Centro e o IPC (Conselho de Políticas para a Alimentação Internacional e o Comércio Agrícola) estudaram os desafios do comércio agrícola e de alimentos no século XXI e suas implicações para com a sustentabilidade, buscando o estabelecimento de regras de comércio internacional compatíveis com a realidade contemporânea.

Um dos pontos analisados foi a paulatina perda de protagonismo da OMC – e da Rodada de Doha – na formulação de regras de comércio agrícola e sua crescente substituição pelos chamados RTAs (os acordos regionais de comércio). O avanço destes acordos é impressionante: em 1995, foram informados 123 RTAs à OMC. Em janeiro deste ano, já havia 546! Isso realmente poderá mudar os atuais padrões de comércio. O estudo aponta para um fato notável: 40% do comércio mundial agrícola e de alimentos já estão ocorrendo no âmbito dos RTAs, nos quais as concessões tarifárias podem ser extremamente significativas.

E não só isso: os RTAs, operando com disposições além das acordadas pelos países-membros da OMC, mudam as regras referentes a patentes, medidas sanitárias e fitossanitárias, denominações de origem, quotas, picos tarifários, bem-estar animal, entre outros. E isso exige forte posicionamento da OMC quanto ao assunto. Se a Rodada de Doha não avança devido ao desinteresse dos países mais ricos, não é possível que os RTAs representem um "passa-moleque" às regras mundiais. E não são apenas acordos bilaterais entre países que estão surgindo. Aí está a Parceria Transpacífica, mexendo com países da América Latina, e até a iniciada de RTA entre Estados Unidos e União Europeia, com impactos no comércio agrícola brasileiro.

Este acordo atenderá um mercado de mais de 800 milhões de pessoas e será a maior zona de livre comércio do mundo. Na realidade, eles já são grandes parceiros comerciais: um terço das importações e exportações do globo está aí inserido. Ora, com redução dos impostos de importação, os preços dos produtos tenderão a cair, ajudando tanto um, como outro a sair mais rapidamente do resto da crise nascida em 2008.

Brasil e Estados Unidos disputam o mercado europeu no campo do agronegócio, de modo que a redução das tarifas para os americanos pode nos tirar espaço, notadamente em soja e derivados, carnes em geral, suco de laranja e até milho. No ano passado, 23% das exportações do agronegócio brasileiro foram para a União Europeia. Soja, café, produtos florestais e carnes representaram mais de 70% das nossas exportações para o bloco. Já para os Estados Unidos, com 7,3% do mercado externo do nosso agro, as principais exportações foram produtos florestais, açúcar, café e carnes. Vamos competir com a UE em açúcar e carnes, sem falar no café torrado e moído.

Enquanto isso, o Brasil boicotou a ALCA, Área de Livre Comércio das Américas, e vem – como Mercosul –, há mais de oito anos, tentando um Acordo de Livre Comércio com a União Europeia. Aliás, já se questiona se o Brasil não deveria negociar um acordo com a UE à margem do Mercosul, dadas as dificuldades de entendimento neste bloco.

Seja como for, as regras dos RTAs precisam ser transparentes, sem criar novas barreiras não tarifárias que afetariam ainda mais o livre mercado, como pode acontecer com temas como mudança climática, agroenergia ou meio ambiente.

O novo diretor-geral da OMC terá bastante trabalho pela frente para compatibilizar essas questões. E nossas entidades de classe precisam estar muito ligadas a tudo isso que vem vindo. ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo

Produzir

Custos pressionam a agricultura



Cesário Ramalho da Silva*

O GOVERNO acenou com a possibilidade de reduzir a carga de impostos sobre as importações de fertilizantes, entre outros agroquímicos. Se concretizada, será uma medida de grande valia para o produtor rural em tempos de desvalorização do real ante o dólar.

Isso porque se a apreciação da moeda norte-americana é positiva para as exportações, por outro lado, é negativa para a aquisição de insumos e ocorre justamente na época do ano em que o produtor está indo às compras para compor o pacote tecnológico da safra de verão.

São inúmeras as estatísticas que mostram os ganhos de produtividade do agro brasileiro, destacando que, cada vez mais, o produtor faz mais (e melhor) com menos. No entanto, essa evolução tem seu preço, que também fica cada vez mais caro.

Tomando como base o custo de produção da soja por dólar/*bushel*, a despesa do produtor dentro da fazenda saltou de US$ 2,00, em 2002, para US$ 6,20, em 2012. Já os custos logísticos até o porto subiram de US$ 3,90 para US$ 12,10, no mesmo período. Os números são da Agroconsult. Dados da Ocepar mostram que o frete de Sorriso (MT) para Paranaguá (PR) subiu de R$ 190 a tonelada, na safra 2011/12, para R$ 270, no ciclo 2012/13.

Estes são somente alguns dados que ilustram o tremendo esforço financeiro que o agricultor vem fazendo para se manter competitivo, abastecer (com quantidade, qualidade e preços satisfatórios) a mesa do brasileiro e, simultaneamente, gerar excedentes exportáveis e receita para o País.

O torniquete dos custos de produção está cada vez mais apertado no campo. Além da inflação ligada ao vaivém dos mercados, exigências ambientais e trabalhistas – apenas para ficar em duas – acentuam ainda mais os gastos do produtor. O valor da mão de obra cresce exponencialmente, em paralelo com o aumento das máquinas agrícolas. A mesma carestia ataca a conta da energia elétrica, assim como o preço de combustíveis fósseis (óleo diesel), já majorado neste ano.

Outra chaga que atinge o setor produtivo – não só o agro – é o fardo fiscal. Se não bastasse a carga de impostos beirar 38% do PIB, uma empresa média no Brasil gasta 2,6 mil horas por ano para cuidar de suas obrigações tributárias, contra 300 horas em países que tratam bem sua iniciativa privada, aponta recente estudo divulgado pelo Movimento Brasil Eficiente (MBE).

O Brasil desenvolveu o mais bem-sucedido modelo de agricultura tropical, impulsionado por pesquisa, tecnologia, empreendedorismo, condições naturais favoráveis, entre outros fatores.

Somos competitivos dentro das fazendas, mas, fora, o produtor sofre as mesmas mazelas de quem mora nas cidades, como os desafios em mobilidade (escoamento da produção), educação (falta de assistência técnica e extensão rural), saúde precária (defesa sanitária deficiente), e assim por diante. O agro não só apoia as recentes manifestações, como se sente parte delas.

A imensa maioria, senão a unanimidade das projeções, aponta para aumento significativo da demanda mundial por produtos agropecuários, com o Brasil posicionando-se como um grande provedor, como o guardião da segurança alimentar e da energia limpa do planeta.

Contudo, é imprescindível que o País supere (ou, ao menos, comece a encaminhar) a resolução de uma série de entraves para efetivamente se situar como o "grande celeiro do mundo", a começar, por exemplo, pelas questões relacionadas à segurança jurídica vinculada ao direito de propriedade, que, ainda hoje, sofre ameaças de ser relativizado.

A agenda precisa contemplar ainda soluções para as incongruências nas legislações trabalhista e ambiental, a paralisia das negociações internacionais, o impasse jurídico para participação de capital estrangeiro na compra de terras, entre outros desafios.

Não se nega o efeito benéfico, embora paliativo, de eventuais desonerações. Entretanto, o que o Brasil precisa mesmo é de um ambiente regulatório mais qualificado, que acene com mais previsibilidade para a tomada de decisão dos setores produtivos e, simultaneamente, funcione como ímã para atração de investimentos. ■

*Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Lei incentiva regularização de dívidas



Mônika Bergamaschi*

O GOVERNADOR Geraldo Alckmin sancionou, no dia 5 de julho, lei que permite aos produtores rurais inadimplentes com o Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), pertencente à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, renegociarem suas dívidas para quitação à vista ou amortização em até seis anos.

A iniciativa beneficiará 4.201 agricultores com débitos em atraso, sendo 2.239 oriundos de assentamentos. Ao aderir ao programa, o agricultor poderá não apenas acessar novos recursos do próprio FEAP, como também terá essa pendência regularizada em seu cadastro, caso decida solicitar financiamentos junto a agentes financeiros do mercado. Uma oportunidade ímpar para deixar as contas em dia e recomeçar.

A medida, inédita no estado, atende uma antiga reivindicação do setor e vale para os contratos em atraso celebrados entre 1989 e 2010. A Secretaria elaborará e divulgará, dentro de noventa dias, as normas para a execução do programa, e, a partir de então, os produtores terão outros cento e oitenta dias para fazer a adesão. Decorrido o prazo, aqueles que não manifestarem interesse pela renegociação continuarão tendo de arcar com as dívidas originalmente contraídas, acrescidas dos juros que sobre elas já incidiram e os que vierem a incidir, uma vez que elas não prescrevem.

Os técnicos das Casas da Agricultura, dos Escritórios de Desenvolvimento Rural e da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), ligada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, podem prestar as orientações necessárias sobre a renegociação. Já o encaminhamento deverá ser feito diretamente na agência do Banco do Brasil na qual o produtor tiver conta. No momento da adesão, ele deverá pagar 10% do valor do principal tomado quando da contração do empréstimo, corrigido monetariamente, sem os juros contratuais e de mora.

No caso de quitação em parcela única e à vista, não haverá qualquer acréscimo de juros. Na opção pelo parcelamento, os juros de mora e contratuais continuam válidos, mas terão abatimento que poderá variar entre 75% e 100%, de acordo com o prazo de pagamento. Haverá a incidência de juros remuneratórios de 3% ao ano no valor renegociado, mas foi instituído um bônus de adimplência de 25% sobre a taxa de juros da parcela, caso ela seja liquidada até o vencimento.

As razões que levaram tantos produtores à inadimplência são diversas. Desde frustrações de safra até problemas decorrentes dos períodos de elevada inflação e instabilidade da moeda. Vale lembrar que a maioria dos pacotes econômicos da história recente do Brasil foi lançada entre o plantio e a colheita, mudando as regras do jogo e provocando grandes descasamentos entre índices de preços a pagar e a receber.

Apesar dos beneficiários dessa lei estarem espalhados por todo o estado, algumas regiões concentram maior potencial deles, como Presidente Venceslau, onde há mais de 1,9 mil contratos elegíveis.

O valor total dos débitos em atraso é superior a R$ 64 milhões. A recuperação de parte deste montante permitirá o reinvestimento em outras ações. São vinte e oito linhas de financiamento disponíveis, a juros de 3% ao ano, além do Pró-Trator II e do Pró-Implemento, que têm juro zero. O produtor também conta com subvenção ao prêmio do seguro para vasta gama de atividades, subvenção dos contratos de opção e modalidades de recursos a fundo perdido.

Quem milita no agronegócio sabe o esforço diário que o homem do campo empreende para produzir fibras e energia limpa e levar à mesa dos consumidores alimentos saudáveis a preços justos. O produtor rural é o principal interessado em manter seu nome limpo e, com dignidade, seguir cumprindo seu vital papel na sociedade.

O governo do estado reconhece a importância do setor na geração de renda e empregos e oferece esse importante incentivo para que a roda da economia continue girando, com mais gente produzindo, crescendo e colaborando para a manutenção do estado como essa potência do agronegócio mundial. ■

*Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preços médios de colheitadeiras em julho de 2013 (R$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 32	350.000	500.000	380.000	490.000
Massey Ferguson	MF 9690	530.000	650.000	555.000	700.000
New Holland	CR 9060	769.000	840.000	825.000	906.000
New Holland	CS 660	547.000	600.000	680.000	700.000
New Holland	TC 5090	517.000	470.000	515.000	600.000
New Holland	TC 5070	362.000	414.000	443.000	560.000
Valtra	BC 6500	700.000	700.000	810.000	720.000
Valtra	BC 7500	750.000	780.000	880.000	855.000
Valtra	BC 4500	490.000	420.000	580.000	470.000
John Deere	1175 HY	445.000	505.000	470.000	450.000
John Deere	9470	535.000	655.000	700.000	615.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de tratores em julho de 2013 (R$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 4292/4	120.000	135.000	118.000	123.000
Massey Ferguson	MF 7140/4	150.000	176.000	145.000	148.000
Massey Ferguson	MF 7370/4	201.000	190.000	215.000	240.000
New Holland	TM 7020	174.000	178.500	160.000	208.000
New Holland	TM 7040	195.000	205.800	185.000	220.000
New Holland	T 7245	243.000	262.500	268.000	310.000
Valtra	BM 125-4	121.000	130.000	137.000	145.000
Valtra	BH 185-4	188.000	205.000	208.000	220.000
Valtra	BH 205-4	205.000	224.000	219.600	230.000
John Deere	7210	275.000	306.000	306.000	310.000
John Deere	8335	375.000	660.000	560.000	520.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de distribuidores de calcário em julho de 2013 (R$/unidade)

MODELO	MARCA	CAPACIDADE (KG)	TIPO	PREÇO (R$)
Vicon	PS PP 603	600	Hidráulico	4.994
Incomagri	Sembra 400-P	600	Hidráulico	2.645
Incomagri	Sembra 1000-P AV	1.000	Hidráulico	6.571
Santa Izabel	Dicasi	550	Carreta	4.517
Jumil (Bertanha)	JM LD2050 TT	2.500	Carreta	11.768
Jumil (Bertanha)	JM LD2050 TT	2.500	Carreta	19.000
Tatu Marchesan	DCA DC 2500	2.500	Carreta	12.800
Tatu Marchesan	DCA DC 5500	5.000	Carreta	16.200
Jumil (Bertanha)	JM LD5050 TT	5.000	Carreta	15.014
Jumil (Bertanha)	JM LD5050 TTD	5.000	Carreta	26.000
Civemasa	DFSC 1	5.500	Carreta	17.500
Civemasa	DFSC 2	7.500	Carreta	21.000

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

O agricultor já começou os trabalhos de preparo do solo para o plantio da safra 2013/2014. Considere um agricultor que queira, em julho de 2013, comprar um distribuidor de calcário, modelo JM LD5050 TTD, da Jumil (Bertanha), com capacidade para 5.000 kg de calcário, cujo preço é R$ 26.000,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 20% (R$ 5.200,00), é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para novembro de 2013). A taxa de juros para a modalidade MODERFROTA é de 5,5% a.a. (PAP 2012/2013). No final do financiamento, o produtor terá pagado R$ 29.371,77 pelo implemento.

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
01/11/13	R$ 20.800,00	R$ 2.080,00	R$ 659,88	R$ 2.739,88	1
01/05/14	R$ 18.720,00	R$ 2.080,00	R$ 680,26	R$ 2.760,26	2
01/11/14	R$ 16.640,00	R$ 2.080,00	R$ 451,48	R$ 2.531,48	3
01/05/15	R$ 14.560,00	R$ 2.080,00	R$ 395,04	R$ 2.475,04	4
01/11/15	R$ 12.480,00	R$ 2.080,00	R$ 338,61	R$ 2.418,61	5
01/05/16	R$ 10.400,00	R$ 2.080,00	R$ 282,17	R$ 2.362,17	6
01/11/16	R$ 8.320,00	R$ 2.080,00	R$ 225,74	R$ 2.305,74	7
01/05/17	R$ 6.240,00	R$ 2.080,00	R$ 169,30	R$ 2.249,30	8
01/11/17	R$ 4.160,00	R$ 2.080,00	R$ 112,87	R$ 2.192,87	9
01/05/18	R$ 2.080,00	R$ 2.080,00	R$ 56,43	R$ 2.136,43	10
Total		20.800,00	3.371,77	24.171,77	-
Total pago: R$ 5.200,00 (entrada) + R$ 24.171,77 (financiamento) = R$ 29.371,77.					

Produção agrícola brasileira

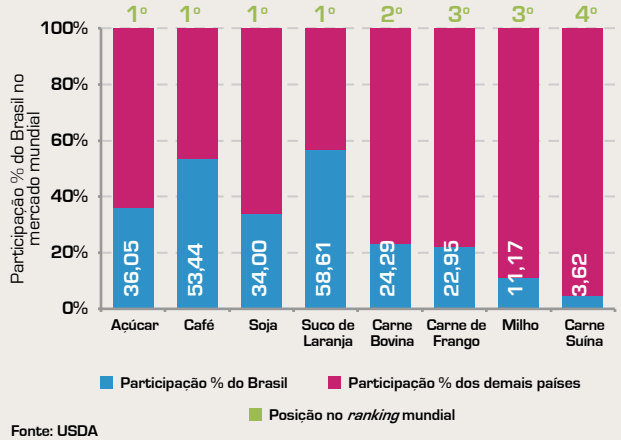
Oitavo levantamento da safra de grãos 2012/13 (mil toneladas)

Produção	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12 Previsão (A)	2012/13 Estimativa (B)	Variação (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	1.890,6	1.843,1	3.228,6	3.018,6	1.999,3	- 33,8
AMENDOIM TOTAL	300,6	226,0	226,5	294,7	336,0	14,0
AMENDOIM 1ª SAFRA	246,1	191,9	199,2	274,6	306,1	11,5
AMENDOIM 2ª SAFRA	54,5	34,1	27,3	20,1	29,9	48,8
ARROZ	12.602,5	11.660,9	13.613,1	11.599,5	11.858,3	2,2
AVEIA	232,2	244,1	379,0	353,5	360,7	2,0
CANOLA	0,0	42,2	69,7	52,0	60,5	16,3
CENTEIO	6,1	4,8	3,2	3,5	3,7	5,7
CEVADA	237,0	201,4	283,9	305,1	287,2	- 5,9
FEIJÃO TOTAL	3.490,6	3.322,5	3.732,8	2.918,5	2.828,4	- 3,1
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.344,5	1.463,1	1.680,3	1.235,6	957,1	- 22,5
FEIJÃO 2ª SAFRA	1.371,6	1.022,8	1.325,1	1.063,9	1.158,5	8,9
FEIJÃO 3ª SAFRA	774,5	836,6	727,4	619,0	712,8	15,2
GIRASSOL	109,4	80,6	83,1	116,4	110,0	- 5,5
MAMONA	92,5	100,6	141,3	24,8	15,4	- 37,9
MILHO TOTAL	51.003,9	56.018,0	57.407,0	72.979,8	79.077,8	8,4
MILHO 1ª SAFRA	33.654,9	34.079,2	34.946,7	33.867,1	34.835,0	2,9
MILHO 2ª SAFRA	17.349,0	21.938,8	22.460,3	39.112,7	44.242,8	13,1
SOJA	57.165,5	68.688,2	75.324,3	66.383,0	81.456,7	22,7
SORGO	1.934,9	1.624,2	2.314,0	2.221,9	2.160,0	- 2,8
TRIGO	5.884,0	5.026,2	5.881,6	5.788,6	4.379,5	- 24,3
TRITICALE	184,7	172,1	114,9	112,2	116,9	4,2
BRASIL	135.134,5	149.254,9	162.803,0	166.172,1	185.050,4	11,4

Fonte: Conab
(A) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças (B) Dados Estimados: sujeitos a mudanças

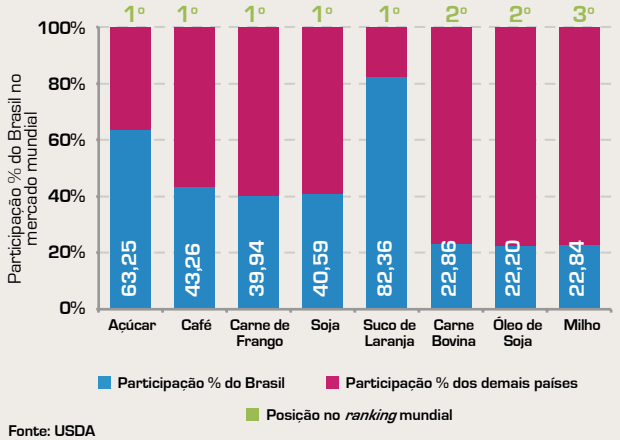
Produção agropecuária brasileira

Posição do Brasil como produtor em relação ao mercado mundial em 2012/13



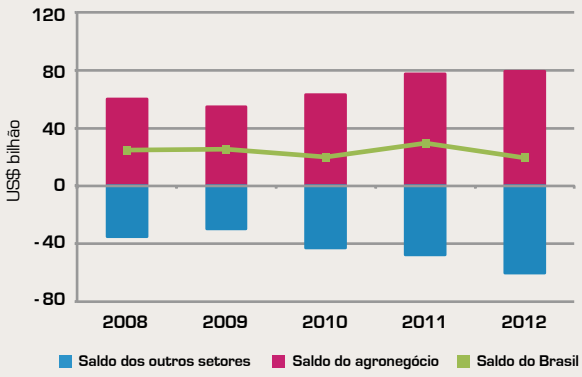
Fonte: USDA

Posição do Brasil como exportador em relação ao mercado mundial em 2012/13



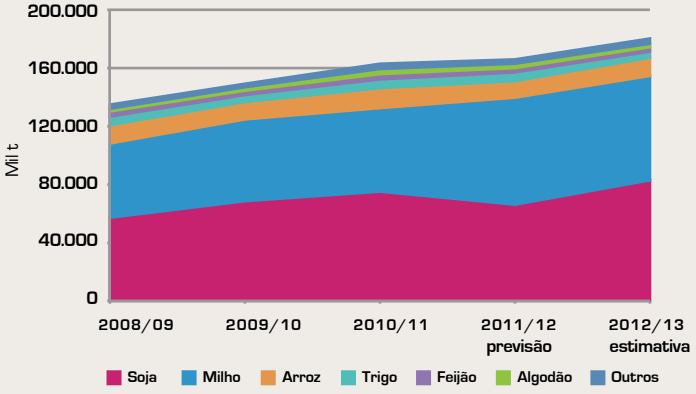
Fonte: USDA

Brasil: Evolução do saldo da balança comercial



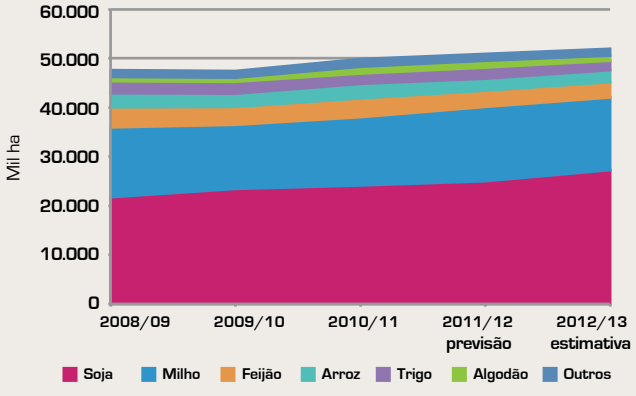
Fonte: SECEX

Brasil: Produção de grãos, por produto



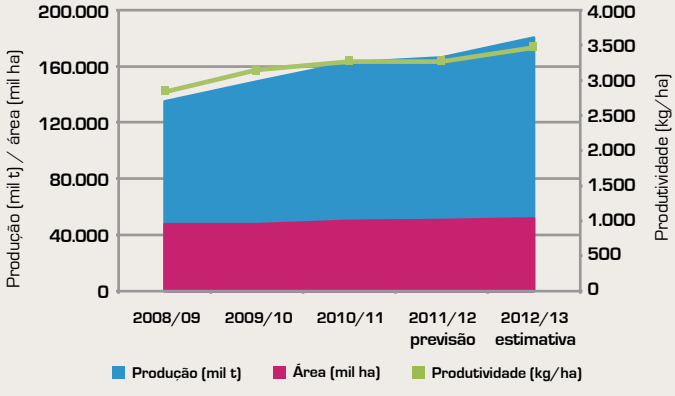
Fonte: Conab

Brasil: Área plantada com grãos, por produto



Fonte: Conab

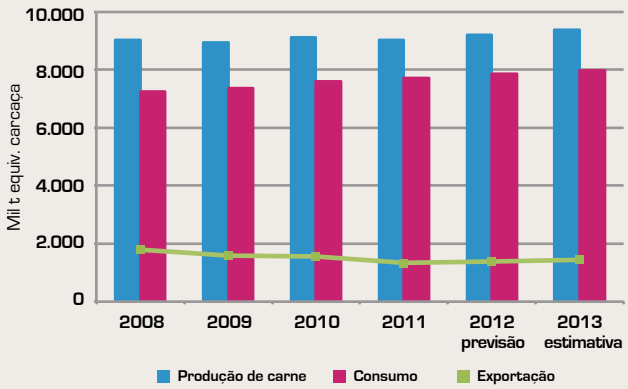
Brasil: Área plantada com grãos, produção e produtividade



Fonte: Conab

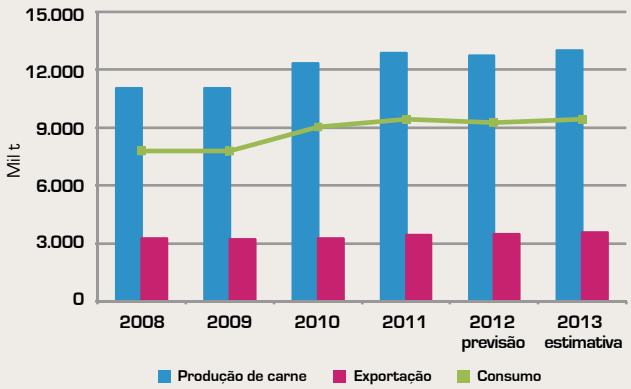
Produção agropecuária brasileira

Brasil: Produção de bovinos



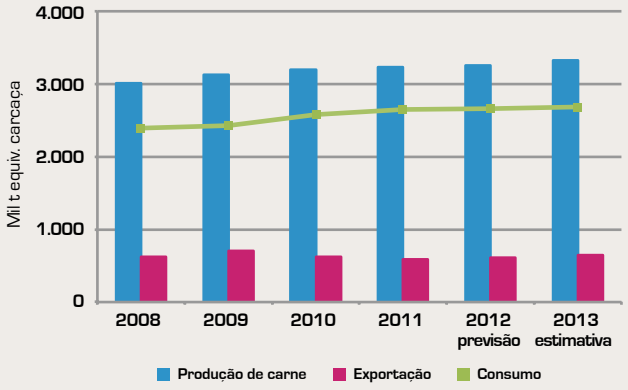
Fonte: USDA

Brasil: Produção de aves



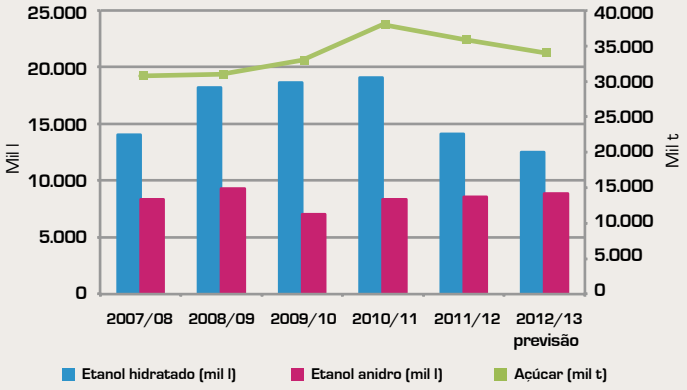
Fonte: USDA

Brasil: Produção de suínos



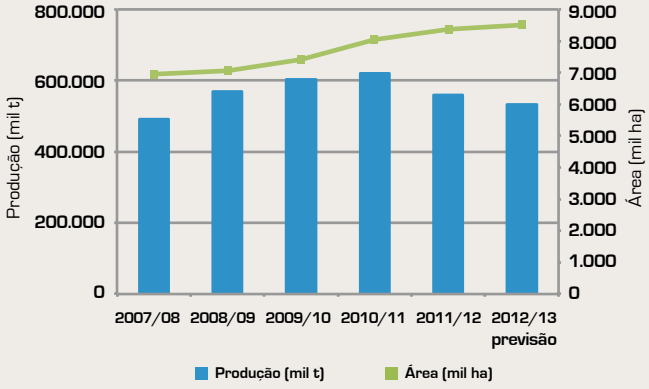
Fonte: USDA

Brasil: Produção de açúcar e etanol



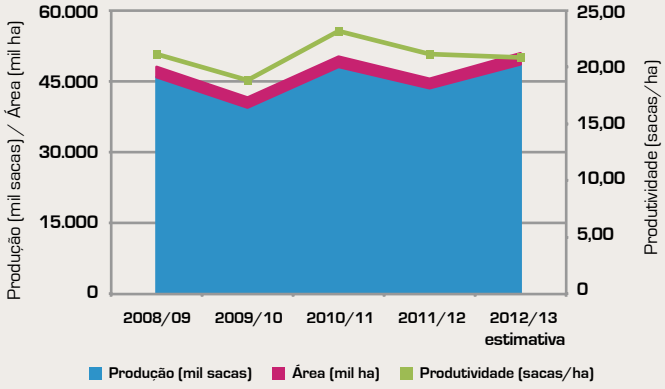
Fonte: UNICA

Brasil: Área e produção de cana-de-açúcar



Fonte: UNICA; Conab

Brasil: Área plantada com café, produção e produtividade



Fonte: Conab